

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG

# GASMIG

Uma empresa Cemig

**GOVERNO  
DE MINAS**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – ANO 2011

### MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2011 será sempre lembrado na história da GASMIG como o ano dos “dois bilhões”. Primeiro, porque foi o ano em que alcançamos a marca histórica de 1 bilhão de reais de faturamento, o que representou um crescimento excepcional de 46% de nossa receita bruta e nos colocou no seleto grupo das 500 maiores empresas brasileiras. Segundo, porque foi também o ano em que registramos nosso recorde de comercialização, superando a marca de 1 bilhão de metros cúbicos de gás natural fornecidos ao mercado mineiro.

Sempre focada no crescimento, a GASMIG tem se mostrado bastante criativa e ágil para aproveitar oportunidades de aumentar suas vendas. Exemplo típico foi o esforço empreendido em 2011 para identificar e contratar clientes vocacionados para o chamado “mercado secundário de gás natural”, produto lançado pela Petrobras no mês de abril. Antes do final do ano a GASMIG já vendia 500.000 m<sup>3</sup> por dia nesta modalidade. De modo similar, a Companhia teve participação de destaque nos leilões de gás promovidos pela Petrobras, mantendo-se como uma das três maiores compradoras desse produto dentre todas as distribuidoras de gás natural do País.

Em 2011 a Companhia reformulou sua estratégia, priorizando ainda mais a expansão. A missão da Gasmig deixou de ser apenas “...distribuir gás natural...” para evidenciar uma postura mais proativa frente ao mercado. Nossa missão passou a ser “...fornecer soluções a partir do gás natural...” ampliando o espectro de atuação e concedendo muito mais importância à captação e fidelização de clientes.

A visão de futuro da GASMIG foi também reformulada, sendo adotado o enunciado “Minas movida a gás natural”, que não só traduz nossas aspirações pela expansão, mas também demonstra nossos compromissos com a elevação da participação do gás natural na matriz energética mineira, com o atendimento a todas as regiões da nossa área de concessão e com o desenvolvimento econômico do Estado.

Foi em decorrência desse posicionamento estratégico e das ações empreendidas para ampliar os negócios que a GASMIG logrou manter-se, pelo segundo ano consecutivo, como a distribuidora de gás natural com maior crescimento de vendas do Brasil.

Para 2012 os desafios são também de grande dimensão, devendo ser destacados o início da atuação no varejo, fornecendo gás natural para residências e pequenos comércios; o aumento do número de municípios atendidos; a elevação das vendas ao segmento industrial e de gás veicular e o adensamento do consumo em torno das redes de gasodutos existentes.

Dos resultados colhidos em 2011 aos desafios que se descortinam para 2012, o leitor perceberá que está diante de uma Companhia alinhada de forma absolutamente consistente com suas metas empresariais e com o objetivo maior do Governo de Minas, que é o de “*tornar Minas Gerais o melhor estado para se viver*”.

### DESTAQUES DE 2011

Maior crescimento de vendas de gás entre as distribuidoras do Brasil: expansão de 52% na venda de gás não térmico.

Venda de mais de 1 bilhão de metros cúbicos de gás natural não térmico.

Faturamento superior a R\$1 bilhão pela primeira vez na história da Companhia, representando aumento de 46%, em relação a 2010.

Lucro líquido recorde, atingindo R\$123 milhões.

Nova visão estratégica: “Minas movida a gás natural”.

Lançamento da promoção “Vou no Gás” para revitalização do segmento gás automotivo.

Início do atendimento aos setores de comércio e serviços no Sul de Minas, com assinatura de 35 contratos com hotéis e outros estabelecimentos em Poços de Caldas.

### RESUMO ECONÔMICO E FINANCEIRO (R\$/mil)

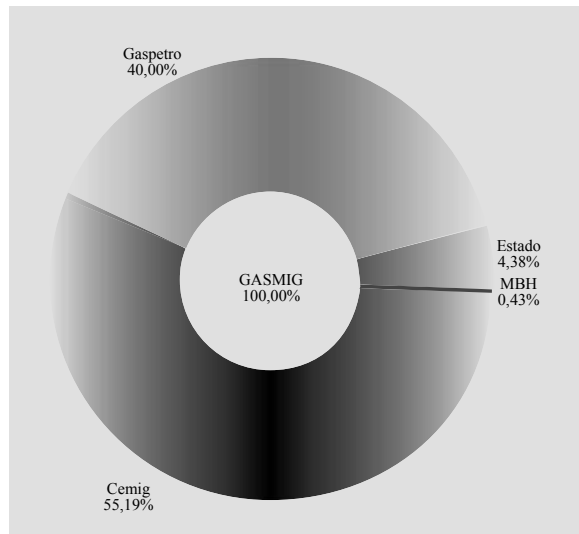
	2008	2009	2010	2011
Receita Operacional Bruta.....	697.739	556.632	720.494	1.048.880
Gás comprado para revenda.....	(414.483)	(302.232)	(408.384)	(596.284)
Despesas-Pessoal, Material, Serviços e Outros.....	(35.828)	(43.510)	(46.741)	(53.524)
LAJIDA.....	94.885	86.660	112.596	176.994
Lucro líquido.....	86.012	77.127	108.095	123.601
Remuneração aos acionistas.....	23.758	73.868	90.241	99.830
Dividendos por lote de 1ml ações (em reais).....	58,05	188,47	151,06	243,93
Ativo total.....	627.128	1.229.288	1.315.133	1.307.565
Passivo.....	99.421	437.986	510.599	501.314
Patrimônio Líquido.....	527.707	791.302	804.534	806.251

### RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e à Sociedade em geral o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) é uma sociedade anônima sob o controle indireto do Estado de Minas Gerais, sendo seus acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), a PETROBRAS GÁS S.A. – GASPETRO (“GASPETRO”), o Estado de Minas Gerais (“ESTADO”) e o Município de Belo Horizonte – MBH (“MBH”). Por outorga de concessão pelo Estado de Minas Gerais, é a distribuidora exclusiva de gás canalizado em todo o território mineiro, atendendo aos segmentos: industrial, comercial, gás natural comprimido, automotivo e termelétrico.



### MISSÃO DA GASMIG

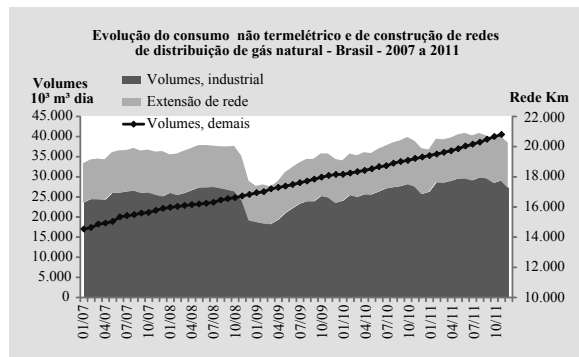
Fornecer soluções a partir do gás natural a todos os segmentos de mercado, contribuindo para o bem estar e desenvolvimento de Minas Gerais, de forma eficiente, sustentável e rentável.

### VISÃO DE FUTURO DA GASMIG

“Minas movida a gás natural.”

### CONTEXTO DO MERCADO BRASILEIRO DE GÁS NATURAL

Graças à continuidade dos investimentos na expansão da malha de distribuição, em dez anos o gás natural dobrou sua participação na matriz energética nacional. Segundo dados do Balanço Energético Nacional de 2010 (BEN-2010), em 1999 o gás natural representava 3,3% da energia final consumida no país. Em 2009, essa participação saltou para quase 7%. Estratégico para a ampliação da malha de transporte e distribuição de gás natural, não por acaso o segmento industrial tem a maior participação nas vendas do energético. Na matriz energética da indústria, o gás já representa 10% das fontes de energia empregadas.



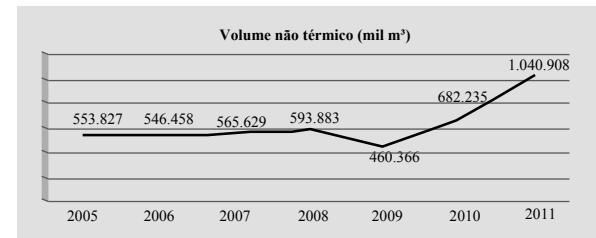
FONTE: Abegás - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado.

Os destaques do desempenho do mercado de gás natural no Brasil, em 2011, incluem a superação de três importantes marcos: a expansão da rede de distribuição, cuja extensão ultrapassou os 20 mil quilômetros; o crescimento do número de clientes, que hoje passam dos 2 milhões no Brasil; e a ampliação do volume consumido pelo segmento residencial, que superou o patamar de 1 bilhão de metros cúbicos consumidos diariamente. Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), as indústrias, que representam aproximadamente 60% do consumo total de gás natural no período, consumiram, em média, 28,7 milhões de metros cúbicos diários, 9,2% a mais que o ano anterior. Os segmentos comercial, de coqueação e residencial também apresentaram crescimento. O setor automotivo apresentou uma redução de 4,3%, com um volume médio diário de 5,3 milhões de metros cúbicos. Para o segmento termelétrico, face ao não despacho das usinas, houve uma redução de 36% no consumo comparado ao ano anterior.

Sob a ótica da oferta de gás natural, as descobertas de jazidas de expressivo potencial de produção nas camadas do pós e pré-sal, nas bacias do Solimões (Amazonas), do Parnaíba (Maranhão) e do São Francisco (Minas Gerais), juntamente com os projetos de ampliação da capacidade de processamento de gás natural e do escoamento da produção, com a consolidação da infraestrutura de transporte do gás, permitiram ampliar a condição de oferta.

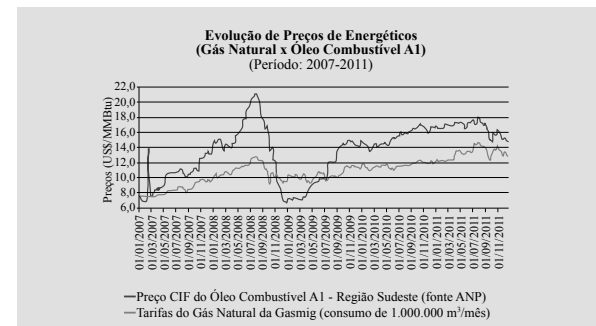
### DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Para a GASMIG, o ano de 2011 foi marcado pela maturação dos mercados do Sul de Minas e do Vale do Aço, destacando-se o atendimento a grandes clientes dos setores de metalurgia e celulose. Nos anos anteriores, a empresa havia investido fortemente na construção de gasodutos nessas regiões, e, já em 2011, 10,6% de suas vendas totais foram para o Sul de Minas e 37,2% para o Vale do Aço. Dessa forma, a GASMIG obteve um crescimento de 52,6% nas vendas de gás natural para o mercado não térmico, superando a marca de 1 bilhão de metros cúbicos vendidos no ano para esse segmento.



Contribuiu também para esse acréscimo nas vendas a atuação da GASMIG nos contratos de curto prazo (leilões de gás e mercado secundário - modalidade de venda da supridora PETROBRAS que disponibiliza o gás natural, quando não demandado pelas termelétricas), o que permitiu o resgate de clientes do segmento de cal, o uso do gás natural em altos-fornos, em substituição à pulverização de finos de carvão e o uso do gás em fornos de cimento.

Outro fator de contribuição para o aumento dos volumes totais de gás comercializados foi a manutenção, em níveis administráveis, da competitividade do gás natural frente aos energéticos concorrentes, como o óleo combustível, conforme mostrado no gráfico abaixo.



A carteira de clientes atendidos atingiu, ao final de 2011, a marca de 309 estabelecimentos ligados, entre os quais 108 grandes e médias indústrias, 105 pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais e de serviços, 87 postos de revenda de gás natural veicular, 4 empresas de distribuição de Gás Natural Comprimido Industrial, 3 empresas distribuidoras de Gás Natural Comprimido Veicular e 2 usinas termelétricas, perfazendo 30 municípios atendidos no estado de Minas Gerais. Além disso, 109 unidades residenciais foram conectadas à rede e estão aptas a receberem o gás natural a partir de 2012, dando início a uma nova fase de evolução do mercado da Companhia.

Em 2011, a GASMIG celebrou cinquenta novos contratos de fornecimento de gás natural, entre os quais cinco contratos com novos clientes industriais, cinco novos contratos na modalidade de Mercado Secundário, quatorze contratos com novos clientes do segmento de uso geral e vinte e dois novos contratos com Pequenos Clientes Não Residenciais.

Entre as principais repercussões da celebração desses novos contratos, destacam-se significativas expansões de consumo de gás natural por parte de alguns clientes e a tendência à diversificação do portfólio de clientes, por intermédio da incorporação em carteira de novos clientes dos segmentos Residencial e de Pequenos Clientes Não Residenciais.

### Segmento Industrial

As vendas de gás natural para o segmento industrial registraram um crescimento de 61,1% em relação ao ano anterior, atingindo um volume de 967,2 milhões de m<sup>3</sup> (média de 2.637,496 mil m<sup>3</sup>/dia) de gás comercializado.

Trabalhando em sintonia com a PETROBRAS, que criou o produto denominado “gás secundário”, a GASMIG está conseguindo desenvolver mercado altamente significativo para esta modalidade de gás. Desta forma, a Companhia tem conseguido alocar quantidades expressivas de gás aos segmentos de cal, de injeção em altos-fornos e de cimento. O uso de gás para injeção em altos fornos atingiu, no final do ano, a marca de 580.000 m<sup>3</sup>/dia, com sinalização de que este uso poderá crescer ainda muito, acrescentando, no futuro próximo, volumes acima de um milhão de metros cúbicos por dia.

Adicionalmente, a manutenção dos leilões de gás pela PETROBRAS permitiu à GASMIG atenuar o impacto dos aumentos de preço do gás natural aplicados pelo fornecedor, graças à política de se reparar o ganho de preço do gás de suprimento obtido nos leilões para a modicidade tarifária, beneficiando todo o mercado consumidor da Companhia.

### Segmento Automotivo - GNV

As vendas da GASMIG no segmento de GNV totalizaram 38,1 milhões de m<sup>3</sup> (média de 103.786 m<sup>3</sup>/dia), representando uma queda de 8,1% em relação ao volume correspondente comercializado no ano anterior. Como reflexo dessa trajetória desfavorável de desempenho setorial, o número de clientes do segmento (postos de revenda de GNV) reduziu-se de 92 (dezembro de 2010) para 87 (dezembro de 2011).

Com o objetivo de reverter a queda sistemática das vendas, observada desde meados de 2005, a Companhia lançou, em 22 de agosto de 2011, um programa de incentivo à conversão de carros para o uso de gás natural. Esse programa, denominado “Vou no Gás”, compõe-se de uma série de ações que visam fortalecer este segmento de mercado. Destaca-se a concessão de 300 m<sup>3</sup> de gás para os consumidores particulares que converterem seus automóveis e 600 m<sup>3</sup> para os taxistas e frotistas.

### Segmento Uso Geral

As vendas para o segmento de Uso Geral, predominantemente constituído por clientes comerciais, atingiram a marca de 9,15 milhões de m<sup>3</sup> (média de 24,806 mil m<sup>3</sup>/dia) volume que se traduziu em um aumento de 14,8% em relação a 2010.

### Segmento de Pequenos Clientes Não Residenciais

As vendas para o segmento de Pequenos Clientes Não Residenciais, cuja operação foi inaugurada em fevereiro de 2011, atingiram a marca de 53,0 mil m<sup>3</sup> (média de 139 m<sup>3</sup>/dia).

Com a criação, em junho de 2010, da tarifa específica para o segmento, concebida para clientes na faixa de consumo de até 3 mil m<sup>3</sup> mensais, esse mercado começou a ser desenvolvido. Em Poços de Caldas, o primeiro Shopping Center atendido pela GASMIG teve todas as suas 12 lojas da Praça de Alimentação convertidas para o uso de gás natural. Também foi introduzido o gás natural nos restaurantes do Aeroporto de Confins, em substituição ao Gás liquefeito de Petróleo - GLP. Ainda em Poços de Caldas, a GASMIG iniciou a construção de uma rede de PEAD (polietileno de alta densidade) para atender ao segmento de hotéis, hospitais, termas, restaurantes, lanchonetes e padarias. No final de dezembro de 2011, o primeiro grande hotel passou a utilizar o gás natural em sua cozinha, lavanderia e para aquecimento de água. Até meados de 2012, cerca de 50 consumidores adionais deverão iniciar o consumo de gás natural em Poços de Caldas.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – ANO 2011

#### Segmento Residencial

No ano de 2011 a GASMIG iniciou efetivamente a implantação do Segmento Residencial ao constituir o projeto chamado de “Gás em Casa” com o objetivo de alcançar a marca de 70.000 clientes até o ano de 2015.

Em julho de 2011, foi contratada uma pesquisa para levantamento de mercado em 22 bairros na área de influência do Anel Sul para subsidiar os estudos econômicos e projetos básico e executivo de engenharia da malha de gasodutos de distribuição.

#### Segmento Termelétrico

O segmento termelétrico apresenta demanda variável em função das necessidades de geração de energia elétrica do país e, em 2011, foi pouco demandado, uma vez que o período seco apresentou afluições maiores do que a média histórica.

Por esse motivo, a GASMIG forneceu 24,4 milhões de m³ (média de 66.739 m³/dia) de gás natural às duas usinas termelétricas a gás natural do Estado, ante 279,5 milhões de m³ (média de 765.852 m³/dia) entregues em 2010, resultando em um decréscimo de 91,3% no volume anual de gás natural comercializado para o setor.

#### Gás Natural Comprimido – GNC

A GASMIG forneceu, neste ano, 23,7 milhões de m³ (média de 65.044 m³/dia) para o segmento de GNC Industrial e 2,7 milhões de m³ (média de 7.294 m³/dia) para o segmento de GNC Veicular, resultando em 26,4 milhões de m³ (média de 72.338 m³/dia) de Gás Natural Comprimido comercializado no mercado.

O GNC possibilita ao mercado a antecipação do consumo de gás natural, viabilizando, desse modo, o atendimento à demanda de gás natural existente em áreas ainda desprovidas de gasodutos. Privilegiando esse importante atributo logístico, a GASMIG, com o intuito de privilegiar a expansão da distribuição de gás natural em Minas Gerais, está formatando um projeto estruturante de fornecimento de GNC para indústrias dos municípios de Governador Valadares e Itabira, iniciativa que, posteriormente, poderá ser estendida a outros municípios do Estado.

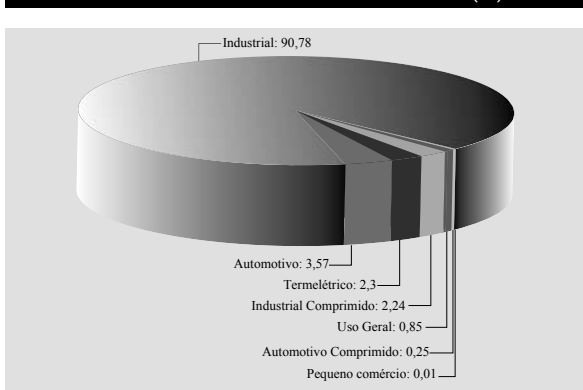
#### GASMIG – Segmentação do Mercado (Volume vendido mil/m³)

	2008	2009	2010	2011
Industrial <sup>(1)</sup> .....	513.630	399.416	629.953	990.927
Uso Geral e Pequeno Comércio.....	7.179	7.694	7.963	9.198
Automotivo <sup>(2)</sup> .....	73.074	53.256	44.319	40.783
<b>Total Mercado Não Térmico.....</b>	<b>593.883</b>	<b>460.366</b>	<b>682.235</b>	<b>1.040.908</b>
Termelétrico.....	287.265	90.739	279.536	24.360
<b>Total Geral.....</b>	<b>881.148</b>	<b>551.105</b>	<b>961.771</b>	<b>1.065.268</b>

(1) SEGMENTO INDUSTRIAL, GNL E GNC DESTINADO A INDÚSTRIAS

(2) SEGMENTO AUTOMOTIVO E GNC DESTINADO A POSTOS

#### ESTRUTURA DE MERCADO EM 2011 (%)



#### INVESTIMENTOS

A GASMIG investiu na expansão das redes de gasodutos no estado de Minas Gerais, em 2011, o montante de R\$11,9 milhões, com a construção de 8,9 km de redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no Sul de Minas, no Vale do Aço e na região da Mantiqueira (Juiz de Fora).

Na RMBH, foram iniciadas as obras para a oferta do gás natural no segmento residencial, com destaques para o atendimento a 109 unidades no condomínio Mirante do Sol, além do atendimento ao canteiro de obras da construtora responsável pelo empreendimento Lumière, localizados no bairro Alphaville, no município de Nova Lima. Além do segmento residencial, foram concluídos ramais para ligação de postos de combustíveis, cliente do segmento industrial e clientes do segmento comercial nessa região.

No Sul de Minas, as redes foram adensadas, principalmente, na cidade de Poços de Caldas para atendimento a clientes industriais, setor hoteleiro, restaurantes e pequenos comércios. Houve, também, expansão no município de Andradas para atender cliente do segmento industrial.

Em Ipatinga, município do Polo Vale do Aço, houve a realização de obras na Linha Lateral Iguaçu, que permitiu o atendimento a clientes industriais e pequenos comércios. Na região da Mantiqueira, em Juiz de Fora, a partir da Linha Tronco Chapéu D' uvas, foi construído o ramal para atender a cliente industrial.

#### AQUISIÇÃO DE GÁS E TARIFAS

Os preços de aquisição são estabelecidos nos contratos de longo prazo celebrados com a PETROBRAS - Contrato Convencional e Contrato de Suprimento Adicional (CSA) e nos Contratos de Curto Prazo, resultantes dos leilões promovidos pela PETROBRAS.

As tarifas do gás natural praticadas pela Companhia para os diversos segmentos do mercado mineiro são compostas pelo custo médio de aquisição do gás natural adicionado do custo de distribuição e impostos aplicáveis. O custo médio de aquisição é o componente mais representativo na formação das tarifas e suas alterações são repassadas trimestralmente ao mercado. O custo de distribuição é regulado e atualizado anualmente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Em janeiro de 2011, foi reajustado em 5,10%.

O custo médio de aquisição é o resultado da ponderação dos volumes e preços estabelecidos nos contratos de aquisição firmados com a PETROBRAS. Merecem destaque os leilões para comercialização do gás natural de curto prazo e a política de descontos

aplicada ao preço da commodity do gás natural nacional da nova política de preços e constante do Contrato de Suprimento Adicional. Para os preços dos produtos definidos no Contrato Convencional, gás nacional da Portaria Interministerial nº 03/2000 e gás boliviano, a PETROBRAS manteve a aplicação dos reajustes conforme definidos no Contrato.

De modo geral, a precificação do gás natural considera uma parcela de commodity e uma parcela de transporte ou uma parcela variável e uma parcela fixa. A parcela de commodity e a parcela variável são reajustadas conforme uma cesta de óleos cotada no mercado internacional (que apresenta forte correlação com as flutuações do preço do petróleo) e as variações cambiais da moeda norte americana. A parcela de transporte e a parcela fixa são reajustadas anualmente pela variação do IGP-M. No acumulado do ano de 2011, o custo médio repassado para as tarifas sofreu um reajuste próximo a 19%, fortemente impactado pelas novas regras estabelecidas para os leilões de comercialização de gás de curto prazo que impuseram à Companhia um menor acesso ao gás de curto prazo – gás de menor preço - e a não aplicação dos descontos nos produtos adquiridos através do Contrato Convencional, historicamente, produtos de menor preço.

Os volumes adquiridos nos leilões, além de viabilizarem um custo médio menor contribuíram para o cumprimento dos compromissos contratuais de retirada de gás - take or pay e ship or pay. De forma semelhante, os contratos celebrados com a PETROBRAS para fornecimento ao mercado secundário, também contribuíram para o atendimento desses compromissos. Esses contratos foram oferecidos ao mercado ligado à rede de distribuição, para empresas que utilizam o gás natural e operam com equipamentos bicomcombustíveis. Nessa modalidade contratual a PETROBRAS fornece o gás quando existe disponibilidade e a Companhia o destina para os clientes que celebraram contrato na mesma modalidade.

Para o segmento termelétrico, existem contratos de aquisição de gás natural com a PETROBRAS e contratos “espelhos” para fornecimento às térmicas - UTE Aureliano Chaves (Ibiritermo) e UTE Juiz de Fora. Os reajustes das parcelas de commodity e transporte ocorrem em março para a UTE Ibiritermo e em junho para UTE Juiz de Fora. A parcela do custo de distribuição que compõe a tarifa é reajustada pela variação do IGP-M em março para a UTE Ibiritermo e em novembro para a UTE Juiz de Fora.

#### EFICIÊNCIA OPERACIONAL

##### Gestão da Rede de Gasodutos

Em 2011, a extensão da rede de gasodutos da GASMIG alcançou 814 Km. De forma a garantir a integridade dos dutos e a segurança operacional das pessoas, foram realizados 226 acompanhamentos técnicos de obras de terceiros que tiveram interferência direta na segurança dos gasodutos, tais como pavimentação referente à duplicação da BR-381 Norte, mineroduto Minas-Rio, linhas subterrâneas da CEMIG, BRT'S (Bus Rapid Transit - trânsito rápido de ônibus) das avenidas Cristiano Machado e Dom Pedro I, em Belo Horizonte.

No intuito de preservar o patrimônio da GASMIG foi executado um projeto de revitalização e atualização da sinalização de advertência com o novo número do plantão 24h - 117 - por meio da aplicação de adesivos em postes, placas aéreas em vias urbanas e rurais, colocação de balizadores de concreto e de madeira.

Foi efetuada a instalação da válvula de bloqueio de 6” para isolamento do gasoduto da Linha Lateral Pampulha. Para execução do serviço foi necessário o isolamento do ramal Venda Nova/Urcá além da inertiização de toda a Linha Lateral Pampulha.

No mês de dezembro de 2011, a rede de distribuição de gás natural de PEAD (polietileno de alta densidade) para atendimento ao Hotel Palace foi gaseificada, tornando-se um marco de atendimento à rede hoteleira no município de Poços de Caldas.

##### Contratações, Infraestrutura e Logística

No ano de 2011, orientada pelo objetivo estratégico de “Ter estrutura organizacional e processos eficientes”, a GASMIG planejou e executou uma série de melhorias em processos internos, focada na otimização do atendimento ao usuário, tornando os processos mais eficientes, com destaque para o novo sistema de gestão de sua frota, que permitiu o monitoramento dos veículos 24h por dia, gerando medidas preventivas e educativas que intensificaram a política de saúde e segurança.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema de Registro de Preços, objetivando aprimorar o planejamento de compras e garantir perenidade no suprimento de materiais, com vantagens de redução de imobilizações e estoques.

Com a implementação do projeto “Organização Sistemática de Compras”, a Companhia desenvolveu estudos para a categorização, padronização e otimização de todos os materiais do estoque. O foco do projeto é a criação de uma base para a implantação da Gestão Terceirizada de Estoques, prevista para o primeiro trimestre de 2012.

##### Gestão de Pessoas

As iniciativas de gestão de pessoas no ano de 2011 seguiram as mesmas premissas dos anos anteriores, que priorizaram a consolidação das políticas de desenvolvimento de pessoas, qualidade de vida e segurança no trabalho. A participação de empregados em treinamentos, palestras, seminários e congressos ao longo do ano, resultou em uma média de 52,1 horas de treinamento por empregado, com investimento total de R\$ 334 mil em 2011.

A GASMIG oferece uma grade de benefícios aos seus colaboradores, que constitui uma importante ferramenta da gestão de pessoas, para atração e retenção de talentos. Entre esses benefícios destacam-se os planos de saúde e odontológico, vale-alimentação/refeição, seguro de vida em grupo e previdência privada.

Quanto à remuneração, a GASMIG concedeu a seus empregados, em Acordo Coletivo de Trabalho, aumento real na remuneração, além de Acordo Específico para pagamento de Participação nos Lucros, desde que atingidas as metas empresariais pactuadas, de acordo com a legislação vigente.

Buscando internalizar conceitos de saúde e segurança, a GASMIG promoveu, mais uma vez, a campanha de vacinação contra a gripe, como instrumento importante de apoio à saúde pública e realizou, em sua Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT, gincana com atividades voltadas às diretrizes que compõem seu Sistema de Gestão de Segurança, Meio-ambiente e Saúde – SGSMS, cuja implantação encontra-se em fase final de conclusão.

Com o objetivo de aprimorar sua gestão de pessoal, a Companhia contratou consultoria especializada para implantar políticas modernas de formação de sucessores, retenção de talentos, avaliação de desempenho e plano de cargos e remuneração.

##### Tecnologia da Informação

Em 2011, a Companhia deu andamento ao processo de tornar o SAP/R3 mais aderente à segurança da informação, com o início da implantação da ferramenta GRC – Governance, Risk and Compliance Management, o que permitiu um maior e melhor controle de acesso pelos usuários às transações do sistema. Em paralelo foi elaborada nova especificação de Suporte ao Sistema SAP/R3, cuja principal mudança foi definir e acompanhar Níveis de Serviço a atender pela empresa contratada visando um melhor desempenho do contrato, o que resultou em redução nas despesas associadas a esse serviço.

Foi implantado sistema de acompanhamento da gestão estratégica e sistema de apoio ao Projeto “Vou no Gás” que visa controlar as ações de incentivo à conversão de veículos a gás natural.

Foi efetivada a troca de cerca de 70% (setenta por cento) do parque de microcomputadores da empresa, assim como a atualização do Sistema Operacional para Windows 7 e a atualização dos programas de escritório, pacote Office 2010.

A Companhia implementou um novo contrato de telefonia móvel com a troca de operadora, amparada em adesão à ata de registro de preço, com custos inferiores aos valores

de mercado, disponibilizando tecnologias de acesso ao correio eletrônico da empresa e medição de campo por chips de dados (GPRS) em cerca de 140 pontos de consumo.

#### DESEMPENHO SOCIAL

Em coerência com a sua missão institucional, a atuação empresarial da GASMIG buscou compatibilizar o desenvolvimento econômico com o respeito ao meio ambiente, de forma integrada aos interesses da comunidade, preocupando-se não somente em minimizar os impactos de suas atividades, mas em contribuir diretamente para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Para isso, a Companhia direcionou seus investimentos sociais a projetos e instituições voltadas à promoção da cultura e do desenvolvimento humano, com o objetivo de auxiliar na solução de problemas sociais existentes nas comunidades em que está inserida.

Anualmente, parte de seu Imposto de Renda é destinado a projetos culturais inseridos na Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e a instituições sociais registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). Em 2011, a Companhia passou a investir também em projetos aprovados pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura, utilizando créditos de ICMS para fomentar as atividades culturais no Estado. Outra novidade empreendida em 2011 na área social foi aplicação de investimentos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte. O total de investimentos na área social ultrapassou R\$ 975 mil.

A Companhia investe prioritariamente em projetos relacionados à proteção ou promoção do patrimônio histórico-cultural de Minas Gerais e naqueles voltados à democratização do acesso à cultura, realizados nos municípios por onde passa a sua rede de distribuição. Em 2011, foram beneficiados doze projetos culturais e onze instituições sem fins lucrativos que prestam assistência ao público infante-juvenil, contribuindo para o desenvolvimento social dos municípios de Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, Ibirité, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Poços de Caldas, Ouro Branco, Ouro Preto, João Monlevade, Conceição do Mato Dentro, Contagem, São Brás do Suiçuí e Bela Vista de Minas, dentre outros.

#### Distribuição da riqueza gerada

A distribuição da riqueza gerada pela GASMIG entre os diversos segmentos da sociedade pode ser observada no quadro abaixo, devendo ser destacada a parte retida pelo governo, que corresponde a 40% do total nos últimos anos.

#### DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Descrição	R\$/mil			
	2011	%	2010	%
Colaboradores.....	34.418	11	32.888	14
Governo.....	122.222	40	93.098	38
Juros e aluguéis.....	25.601	8	7.261	3
Acionistas.....	45.465	15	43.822	18
Lucros retidos.....	78.136	26	64.271	27
	<b>305.842</b>	<b>100</b>	<b>241.340</b>	<b>100</b>

Após revisão do fluxo de caixa da GASMIG, verificou-se a possibilidade de distribuição complementar de dividendos ainda em 2011, e a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada dia 21 de dezembro de 2011, deliberou aprovar a proposta de pagamento de dividendos complementares a todos os acionistas, no valor de R\$58.419 mil.

Os referidos dividendos, pagos à conta de Reserva de retenção de lucros, compreendem o saldo remanescente do Lucro Líquido de 2010, retido pela Assembleia Geral Ordinária de abril de 2011 (R\$28.419 mil), bem como retenções realizadas em exercícios anteriores a 2010 (R\$30.000).

Os lucros retidos no ano de 2011 serão objeto de proposta para distribuição complementar, nos mesmos moldes do exercício anterior, e deverão ser avaliados pela Assembleia Geral Ordinária a se realizar até abril de 2012.

#### Promoção do Gás Natural

Em 2011, a Companhia concentrou suas ações de comunicação, incluindo campanha publicitária, pesquisa de mercado, marketing direto e participação em eventos e feiras de negócios, na revitalização do mercado de Gás Natural Veicular (GNV). O destaque foi a campanha publicitária “Vou no Gás”, que lançou a figura de um mascote para o GNV, o taxi “Edgás”, veiculada em rádio, TV e mídias alternativas.

Com o objetivo de ampliar o conhecimento dos seus públicos específicos, clientes, fornecedores e população, de forma direta e personalizada, a GASMIG promoveu encontros técnicos, workshops e eventos diversos, tais como:

- Cerimônia de assinatura de contratos com o setor hoteleiro de Poços de Caldas;
- GASMIG no GNV: Visão Estratégica para Veículos Pesados, em parceria com a Abegás;
- Workshops de instalação de kits de GNV de 5ª geração, em parceria com a Landinzer;
- Curso de Polímeros: Distribuição de gás natural em redes de polietileno, em parceria com a Abegás;
- Estande do GNV na Bienal do Automóvel, em Belo Horizonte;
- Estande do GNV na Feira Táxi, em Belo Horizonte;

Além disso, em 2011 a Companhia comemorou 25 anos de atividades com a realização de uma solenidade de homenagem em sua sede, que teve a presença do governador do Estado. Foram homenageadas personalidades que tiveram papel fundamental na história do desenvolvimento da indústria do gás natural em Minas Gerais.

#### Meio Ambiente

A GASMIG executou e está monitorando a recomposição de 5,5 hectares de Área Diretamente Afetada – ADA, pelas obras de implantação da 2ª etapa da rede de distribuição do Vale do Aço, localizada em Ouro Preto/MG. A metodologia utilizada para a recomposição da área foi amplamente discutida com os órgãos ambientais. O objetivo foi devolver ao solo sua proteção natural, além de reintegrar a área diretamente afetada à paisagem natural. O plantio foi feito por meio de transplante de gramineas nativas em áreas adjacentes à faixa do gasoduto, além de sementeiras.

Apesar de alguns empreendimentos serem dispensados do Licenciamento Ambiental e até mesmo de obtenção de Autorizações Ambientais de Funcionamento, a GASMIG tem requerido o Certificado de Dispensa Ambiental, emitido pelo órgão ambiental (Licenciamento e Autorização Ambiental de Funcionamento), sendo que em 2011 foram emitidos 32 destes certificados.

#### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

##### Recíeita Operacional Bruta

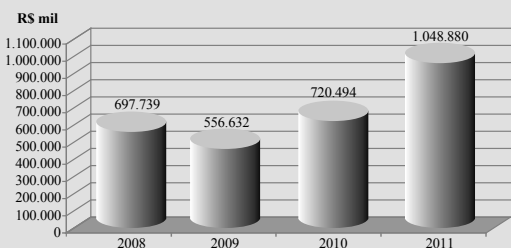
Em 2011, a GASMIG logrou obter um faturamento bruto de R\$1,048 bilhão, que significou aumento de 46% em relação ao faturado em 2010. Essa evolução foi motivada pela extraordinária expansão das vendas no Vale do Aço e no Sul de Minas.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG

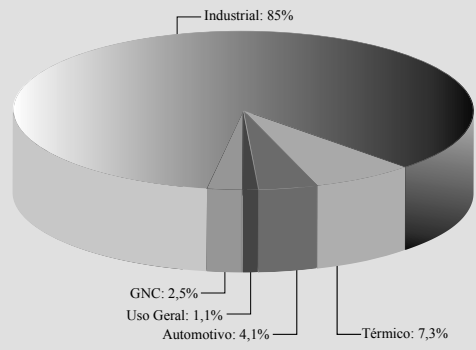


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – ANO 2011

Receita Operacional Bruta



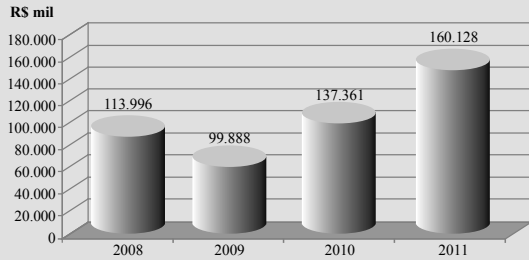
Receita Operacional Bruta por Segmento – 2011



**Resultado Operacional**

O resultado operacional registrou um crescimento de 16,6% quando comparado a 2010.

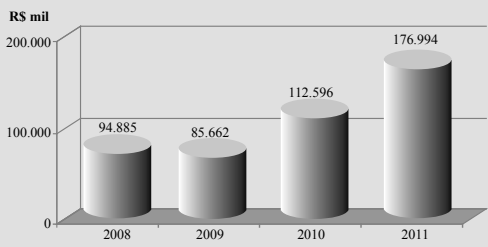
Receita Operacional



**Geração de Caixa - LAJIDA**

Em 2011, a geração de caixa pelo conceito LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) apresentou um crescimento de 57,2%, além de uma margem de 21,3%, em relação à Receita Líquida.

**LAJIDA**

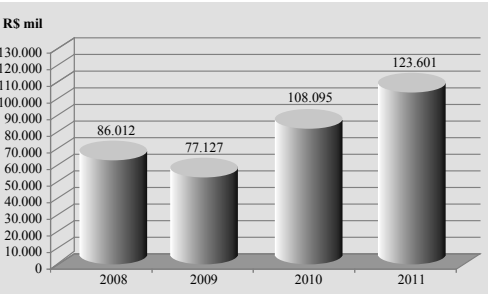


**Margem LAJIDA**

	2008	2009	2010	2011
RECEITA LÍQUIDA (RS Mil) ....	545.196	437.683	571.507	829.237
CMV (Gás Comprado) .....	76,0%	69,1%	71,4%	71,9%
PMSO .....	6,6%	11,1%	8,8%	6,8%
Pessoal .....	3,7%	6,1%	5,7%	4,1%
Material .....	0,4%	0,5%	0,3%	0,3%
Serviços .....	1,3%	2,2%	1,6%	1,4%
Outros .....	1,2%	2,3%	1,2%	1,0%
<b>MARGEM LAJIDA .....</b>	<b>17,4%</b>	<b>19,8%</b>	<b>19,8%</b>	<b>21,3%</b>

**Lucro Líquido**

O lucro líquido também atingiu valor recorde em 2011, montando em R\$123,6 milhões. O aumento do lucro líquido está influenciado, principalmente, pelo crescimento da receita e da atualização monetária no valor de R\$26.652 mil pela aplicação do ICPC 01 sobre os ativos da Companhia (Lei 11.638/07), o que representa um crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior.



**Panorama Tributário**

A gestão tributária da Companhia é pautada pelo cumprimento da legislação fiscal. No caminho da atualização de normas e preceitos contábeis, a GASMIG segue os pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Isso gerou mudanças na contabilização de alguns itens patrimoniais. Com a aplicação do Regime Tributário de Transição – RTT, a Companhia conseguiu manter a composição de alguns tributos sem grandes desvios mantendo o patamar dos últimos exercícios. Entretanto, outros tributos apresentaram um maior dispêndio da Companhia em razão do maior faturamento. O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos pagos:

TRIBUTOS (RS Mil)	2011	2010
IRPJ .....	26.616	21.349
CSLL .....	9.911	7.917
PIS .....	15.711	9.564
COFINS .....	72.366	43.663
ICMS .....	125.448	88.015
IPTU .....	106	100
<b>TOTAL .....</b>	<b>250.158</b>	<b>170.608</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2011		31/12/2010	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa .....	4	413	492		
Equivalentes de caixa .....	4	80.389	97.706		
Contas a receber de clientes .....	6	61.099	41.666		
Estoques - materiais para manutenção .....		3.660	3.762		
Impostos a recuperar .....	7	41.654	38.280		
Gás pago e não retirado – take or pay .....	9	21.663	22.236		
Outros .....		764	1.048		
<b>Total do ativo circulante .....</b>		<b>209.642</b>	<b>205.190</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Outros investimentos .....	5	17.724	18.253		
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	8b	16.838	17.418		
Impostos a recuperar .....	7	59.407	78.276		
Depósito vinculado a litígios e incentivos fiscais .....	15b	31.331	20.384		
Ativo financeiro de concessão .....	10	551.915	520.770		
		677.215	655.101		
INVESTIMENTOS .....			351		
INTANGÍVEL .....	10	420.708	454.491		
<b>Total do ativo não circulante .....</b>		<b>1.097.923</b>	<b>1.109.943</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>		<b>1.307.565</b>	<b>1.315.133</b>		

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Nota	31/12/2011		31/12/2010	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Debêntures .....	11	49.917	50.110		
Fornecedores .....	12	52.079	42.926		
Impostos a recolher .....	13	12.407	10.019		
Imposto de renda e contribuição social a pagar .....	8a	5.803	5.648		
Salários, provisões e contribuições sociais .....		10.143	8.357		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar .....	17d	40.511	39.114		
Gás pago e não retirado – take or pay .....	16	42.298	30.724		
Outras obrigações .....		178	139		
<b>Total do passivo circulante .....</b>		<b>213.336</b>	<b>187.037</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Debêntures .....	11	187.840	236.837		
Fornecedores .....	12	9.459	14.121		
Provisão para contingências .....	15a	29.764	20.973		
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	8c	20.777	11.716		
Obrigações especiais – participações financeiras .....	14	40.138	39.915		
<b>Total do passivo não circulante .....</b>		<b>287.978</b>	<b>323.562</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social .....	17a	643.780	643.780		
Reservas de capital .....	17b	21.650	21.650		
Reservas de lucros .....	17c	140.821	139.104		
<b>Total do patrimônio líquido .....</b>		<b>806.251</b>	<b>804.534</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>		<b>1.307.565</b>	<b>1.315.133</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Indicadores de Desempenho**

A trajetória de crescimento da GASMIG pode ser verificada por meio dos seus indicadores de desempenho. Em 2011, a Companhia aumentou sua receita bruta em 45,6% e sua rentabilidade em relação ao Patrimônio Líquido em 14,1%.

	2008	2009	2010	2011
Receita Operacional Bruta (RS mil) ...	697.739	556.632	720.494	1.048.880
Patrimônio Líquido (RS mil) .....	527.707	791.302	804.534	806.251
Extensão de Rede (km em operação) ..	356	408	795	814

**Rentabilidade (%)**

Patrimônio Líquido .....	16,66	9,75	13,44	15,33
Margem Operacional .....	16,34	22,88	24,03	19,31
Margem Líquida .....	15,78	17,62	18,91	14,91

**Liquidez (Índice)**

Liquidez Corrente .....	3,93	2,56	1,10	0,91
Liquidez Geral .....	3,62	1,33	1,70	1,79

**Endividamento (%)**

PC + PNC / Ativo Total .....	15,85	35,63	38,83	38,34
PC + PNC / Patrimônio Líquido .....	18,84	59,89	63,47	62,18
Lajida/Serviço da dívida .....	-	-	2,8	2,5

**ASPECTOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$643.780 mil para um Patrimônio Líquido de R\$806.251 mil, correspondendo a um valor patrimonial de R\$1,97 por ação.

O lucro disponível, no valor de R\$99.830 mil, é composto do lucro líquido do exercício, no montante de R\$123.601 mil, deduzido da constituição da Reserva Legal, no montante de R\$6.181 mil, e da Reserva de lucros a realizar após efeitos da Lei 11.638/07, no montante de R\$17.590 mil.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 07 de dezembro de 2011, aprovou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$45.465 mil, para todos os acionistas inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data de sua deliberação. Os Juros sobre o Capital Próprio serão pagos aos acionistas, líquidos do imposto de renda retido na fonte, em data a ser definida pela Assembleia Geral Ordinária da GASMIG, a realizar-se até 30 de abril de 2012.

A Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos no valor de R\$54.365 mil, complementares aos juros sobre capital próprio. O valor a ser distribuído aos acionistas atingirá o montante de R\$99.830 mil, representando 100,0% do lucro após Reserva Legal e Reserva de Lucros a Realizar.

**AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o art. 3º da Lei nº 11.638/07 e com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes, o qual contempla a prestação exclusiva de serviços de auditoria externa contábil e tributária.

**AGRADECIMENTOS**

A Administração da GASMIG é grata ao Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Antonio Augusto Junho Anastasia, pelo decisivo apoio manifestado durante o ano de 2011. Registra também seus agradecimentos à Secretária de Desenvolvimento Econômico, Dra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck, ao Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Dr. Djalma Bastos de Moraes, à Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Dra. Maria das Graças Silva Foster, ao Presidente da PETROBRAS Gás S.A. - GASPETRO, Dr. José Alcides Santoro Martins. Estende os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, às comunidades servidas pela Companhia, clientes, acionistas, consultores, fornecedores e, em especial, à dedicação, espírito de equipe e competência de seu corpo de empregados.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2011		31/12/2010	
		31/12/2011	31/12/2010	Reapresentada	Reapresentada
<b>RECEITA .....</b>	<b>18</b>	<b>829.237</b>	<b>571.507</b>		
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS .....		(647.518)	(438.157)		
<b>LUCRO BRUTO .....</b>		<b>181.719</b>	<b>133.350</b>		
Receitas de construção da infraestrutura – ICPC-01 .....	19	11.869	254.129		
Custos de construção da infraestrutura – ICPC-01 .....	19	(11.869)	(254.129)		
<b>LUCRO BRUTO APÓS CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA .....</b>		<b>181.719</b>	<b>133.350</b>		
Despesas de vendas, administrativas e gerais .....		(32.526)	(27.568)		
Honorários dos administradores .....		(2.436)	(2.615)		
Amortização de ágio .....	8b	(3.395)	(3.663)		
Participação nos resultados .....	21	(4.005)	(3.785)		
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>		<b>139.357</b>	<b>95.719</b>		
Receitas financeiras .....	20	46.619	46.640		
Despesas financeiras .....	20	(25.848)	(4.998)		
<b>Resultado financeiro .....</b>		<b>20.771</b>	<b>41.642</b>		
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ...</b>		<b>160.128</b>	<b>137.361</b>		
Imposto de renda e contribuição social .....	8d	(36.527)	(29.266)		
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....</b>		<b>123.601</b>	<b>108.095</b>		
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (BÁSICO E DILUÍDO) - RS .....</b>		<b>302,01</b>	<b>264,13</b>		

QUANTIDADE DE AÇÕES 409.255 MIL NOS DOIS EXERCÍCIOS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>		<b>643.135</b>	<b>21.650</b>	<b>116.744</b>	<b>9.773</b>	<b>791.302</b>
Integralização de Ações AGE 29/04/2008		645	-	-	-	645
Pagamento de dividendos aos acionistas		-	-	(51.685)	-	(51.685)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	108.095	108.095
Constituição de reserva legal	17c	-	-	5.405	(5.405)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	17c	-	-	28.419	(28.419)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	22.221	(22.221)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	17d	-	-	-	(43.823)	(43.823)
Dividendos adicionais propostos	17c	-	-	18.000	(18.000)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>		<b>643.780</b>	<b>21.650</b>	<b>139.104</b>	-	<b>804.534</b>
Pagamento de dividendos aos acionistas		-	-	(76.419)	-	(76.419)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	123.601	123.601
Constituição de reserva legal	17c	-	-	6.181	(6.181)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	17.590	(17.590)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	17d	-	-	-	(45.465)	(45.465)
Dividendos adicionais propostos	17c	-	-	54.365	(54.365)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>		<b>643.780</b>	<b>21.650</b>	<b>140.821</b>	-	<b>806.251</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentada
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	123.601	108.095
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	26.886	26.308
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.641	2.958
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61	(151)
Amortizações	35.386	15.830
Créditos de Pis e Cofins sobre depreciação	(358)	(357)
Juros provisionados sobre financiamentos não pagos	920	1.113
Valor residual de ativo baixado	6.131	213
Atualização financeira	(26.652)	(18.862)
Amortização de ágio	3.395	3.663
Variação cambial - transporte de gás	-	994
	<b>179.011</b>	<b>139.804</b>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(19.494)	25.401
Redução (aumento) em outros ativos	1.685	(13.108)
Redução em gás comprado e não retirado não térmico	573	38.717
Aumento em debêntures	22.284	-
Aumento (redução) em fornecedores	4.491	(28.490)
(Redução) em tributos e contribuições sociais	(30.311)	(112.605)
Aumento (redução) em salários e encargos	1.786	(2.015)
Aumento nas provisões a pagar	1.397	-
Aumento nas provisões para contingências	8.791	10.164
Aumento nas participações financeiras	223	9.871
Aumento em gás comprado e não retirado térmico	11.574	-
Aumento (redução) em outras obrigações	39	(13.422)
Juros incorridos e capitalizados	-	22.457
	<b>3.038</b>	<b>(63.030)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>182.049</b>	<b>76.774</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
No investimento	351	-
No intangível	(11.869)	(254.129)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(11.518)</b>	<b>(254.129)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Integralização de capital	-	645
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(115.533)	(72.391)
Debêntures - BNDES	-	80.000
Amortização de juros e principal sobre financiamentos obtidos	(72.394)	(39.573)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(187.927)</b>	<b>(31.319)</b>
<b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(17.396)</b>	<b>(208.674)</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	98.198	306.872
No fim do exercício	<b>80.802</b>	<b>98.198</b>
<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(17.396)</b>	<b>(208.674)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reapresentada		
<b>Receitas</b>				
Fornecimento de gás	1.048.880	720.494		
(-) Descontos promocionais	(135)	-		
(-) ICMS - substituição tributária	(5.983)	(7.746)		
(-) Provisão para devedores duvidosos	(61)	151		
Receitas de Construção	11.869	254.129		
	<b>1.054.570</b>	<b>967.028</b>		
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Gás adquirido para revenda	(724.404)	(487.194)		
Materiais	(2.265)	(1.772)		
Serviços de terceiros	(11.395)	(9.190)		
Outras despesas	(7.820)	(4.213)		
Perdas	(2.208)	-		
Custos de Construção	(11.869)	(254.129)		
	<b>(759.961)</b>	<b>(756.498)</b>		
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>294.609</b>	<b>210.530</b>		
<b>Retenções</b>				
Amortizações	(35.386)	(15.830)		
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>259.223</b>	<b>194.700</b>		
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	46.619	46.640		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>305.842</b>	<b>241.340</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Empregados				
Remuneração direta	30.858	10	29.937	13
Benefícios	2.777	1	2.355	1
FGTS	783	-	596	-
Tributos				
Federais	61.953	20	48.443	20
Estaduais	60.163	20	44.555	18
Municipais	106	-	100	-
Remuneração de capital de terceiros				
Juros	24.487	8	4.386	2
Aluguéis	1.114	-	2.875	1
Remuneração do capital próprio				
Juros sobre capital próprio	45.465	15	43.822	18
Lucros retidos	78.136	26	64.271	27
	<b>305.842</b>	<b>100</b>	<b>241.340</b>	<b>100</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### 1.1. A Companhia

A Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG ("GASMIG"), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG"), a PETROBRAS Gás S.A. - GASPETRO ("GASPETRO"), o Estado de Minas Gerais ("ESTADO") e o Município de Belo Horizonte ("MBH"), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de sub-produtos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros. A Companhia detém a concessão de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia realizará suas atividades de distribuição de gás natural até o final da concessão, sendo remunerada por meio de tarifas pagas pelos usuários dos serviços de distribuição. Ao final da concessão, poderá existir uma parcela dos valores investidos pela Companhia que ainda não tenha sido paga por meio da tarifa. Essa parcela será indenizada pelo Concedente, na metodologia prevista contratualmente, pelos valores dos investimentos corrigidos e depreciados, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. O cálculo de tais valores está demonstrado na nota 10.

A Companhia conta com 209 empregados (220 em 2010), sendo 98 alocados no processo de distribuição e 111 em comercialização e administração.

### 1.2. Acordo de Associação

A GASMIG, a CEMIG, a GASPETRO e a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS ("PETROBRAS") celebraram em 25 de agosto de 2004 um Acordo de Associação, o qual foi aditado em 5 de novembro de 2004, em 14 de dezembro de 2004 e em 15 de agosto de 2007, visando a implementação de um plano de desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais que prevê a ampliação da malha de gasodutos de transporte, de responsabilidade da PETROBRAS e da rede de distribuição de gás natural, de responsabilidade da GASMIG, bem como a participação da GASPETRO no capital social da GASMIG.

### 1.3. Contratos com a PETROBRAS

Para distribuição aos segmentos de mercado não termelétrico, a Companhia tem contrato de aquisição de gás com a PETROBRAS, firmado em 6 de julho de 1994. Em 30 de setembro de 2001, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato de fornecimento de gás, garantindo à GASMIG o fornecimento de 1.900 mil m³/d a partir de 2006. Nesse aditivo, a GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços de gás importado, a partir do milionésimo primeiro metro cúbico de consumo diário. Em 19 de agosto de 2008, o volume de 200 mil m³/d migrou para um contrato temporário na modalidade firme-flexível, que em 2011 foi renegociado para nova vigência até dezembro de 2012.

Em 15 de dezembro de 2004, a Companhia assinou um contrato de suprimento adicional com a PETROBRAS, com volumes crescentes, chegando a 5.076 mil m³/d de gás natural no ano de 2026. Em 2008, a Companhia assinou o 1º termo aditivo a esse contrato com os objetivos principais de adequar as entradas de volumes e adotar a nova política de preços proposta pela PETROBRAS em conformidade com as mesmas políticas negociadas por outras distribuidoras de gás.

Para o mercado termelétrico, a Companhia celebrou contratos de fornecimento de gás com a PETROBRAS, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. ("UTEJF"): firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério das Minas e Energia.

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica Ibritermo ("UTE Ibritermo"), assinado com a PETROBRAS em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 1.100.000 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério das Minas e Energia.

### 1.4. Contratos com Usinas Termelétricas

A GASMIG possui contratos para atendimento à UTEJF e à UTE Ibritermo, ativos operados pelo Sistema PETROBRAS, para fornecimento diário de 506.488 m³ e 1.100.000 m³ de gás, respectivamente.

Os contratos em referência possuem três componentes básicos:

- "Take or pay" - A UTEJF e UTE Ibritermo têm um compromisso de consumir um volume mínimo de gás, definido contratualmente como "Volume de Retirada Mínima Mensal", correspondente a 56% da Quantidade Diária Contratual ("QDC") em base mensal e "Volume de Retirada Mínima Anual", correspondente a 70% da QDC em base anual. Desta forma, a UTEJF e UTE Ibritermo pagam: (i) pelo volume de gás consumido, caso este fique acima do volume mínimo contratado; ou (ii) pelo volume de gás mínimo contratado, caso este seja maior que o consumo verificado. A diferença paga pela UTEJF e UTE Ibritermo entre o gás consumido e volume mínimo contratado corresponde a um compromisso da GASMIG de entrega futura de gás para as UTEs, que é registrado como redutor das contas a receber, podendo ser exigido em até 7 anos, através de carta de crédito. A GASMIG reconhece a receita de fornecimento de gás somente para a parcela efetivamente consumida pelas UTEs.

- "Ship or pay" - A UTEJF e UTE Ibritermo têm um compromisso de transporte mínimo equivalente a 95% da QDC em base mensal. Desta forma, a UTEJF e UTE Ibritermo pagam: (i) pelo transporte do gás consumido, caso este fique acima do volume mínimo contratado; ou (ii) pelo compromisso de transporte mínimo caso este seja maior que o transporte verificado. A GASMIG reconhece a receita de fornecimento de gás no momento em que ocorre a circulação de gás.

- "Compromisso de Margem" - A GASMIG tem o direito de receber da UTEJF e UTE Ibritermo uma remuneração mensal fixa que engloba as atividades de comercialização e distribuição, sendo esta contabilizada como receita de fornecimento de gás.

Os contratos de fornecimento de gás com a UTEJF e UTE Ibritermo são denominados contratos "espelho", ou "back to back", nos quais condições estabelecidas entre a supridora (PETROBRAS) e a distribuidora (GASMIG) são reproduzidas no contrato entre a distribuidora e as UTEs, inclusive as condições de "take or pay" e "ship or pay". Os instrumentos prevêm o reconhecimento, pelas partes, da conexão existente entre um contrato e o outro. Desta forma, caso ocorra o inadimplemento da supridora no contrato PETROBRAS/GASMIG ou das UTEs no contrato GASMIG/UTEs que impeça a GASMIG de cumprir as suas obrigações em um dos contratos, as partes se comprometem a fazer cessões de créditos e direitos de uma a outra parte de forma que a GASMIG não seja onerada por aquele inadimplemento. Esse mecanismo contratual, denominado "Infração Conexa", permite à Companhia mitigar os seus riscos no negócio, pois não a

coloca em condição de inadimplemento em decorrência do eventual descumprimento de contrato por uma das outras partes.

### 1.5. Contratos com Segmento Convencional (não térmico)

A GASMIG celebra contratos de fornecimento de gás com os demais clientes, conforme abaixo:

> **Segmento Industrial:** Clientes com consumo a partir de 25.000 m³/mês e tarifa em cascata específica para este segmento, conforme definido nas resoluções nº 001/1997 e nº 002/2002, e suas alterações, ambas da Secretaria de Estado de Minas e Energia do Estado de Minas Gerais.

> **Segmento Uso Geral:** Clientes com consumo de 1.000 a 60.000 m³/mês e tarifa em cascata específica para este segmento. Para consumos nulos é prevista a cobrança de um volume mínimo de 250 m³ por mês, conforme resolução nº 002/2001 de 20/02/2001 da Secretaria de Estado de Minas e Energia - SEME e suas alterações. Clientes com consumo mensal entre 1.000 e 3.000 m³/mês, podem optar pelos segmentos de Uso Geral ou de Pequenos Clientes não residenciais, e entre, 25.000 m³ e 60.000 m³, entre o segmento Uso Geral ou Industrial, de acordo com o que melhor atender o perfil de consumo e as características específicas dos processos.

> **Segmento Pequenos Clientes não Residenciais:** Clientes com consumo até 3.000 m³/mês. Contratos com cláusula de tarifa específica para o segmento, conforme resolução 014/2010 de 18/06/2010 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e suas alterações, voltado para atendimento de pequenos clientes não residenciais, tais como hotéis, padarias, hospitais, pequenos comércios, etc.

> **Segmento Automotivo - GNV:** Tarifa específica para fins automotivos, fixa e está sujeita à substituição tributária para o ICMS.

> **Segmento Gás Natural Comprimido Veicular - GNC-V:** Possui as mesmas condições comerciais do GNV, sendo a distribuição do gás natural veicular realizada em localidades que não possuem redes de gasodutos de distribuição, por meio de empresas distribuidoras de GNC credenciadas junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, constituindo-se numa forma de antecipação de fornecimento de Gás Natural a regiões ainda não atendidas.

> **Segmento de Gás Natural Comprimido Industrial - GNC-I:** Permite a distribuição de gás natural, através de empresas distribuidoras de GNC credenciadas junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, a consumidores industriais com instalações distantes dos gasodutos de distribuição, antecipando o fornecimento de gás até que se viabilize o atendimento via rede de gasodutos. Possuem as mesmas características comerciais do segmento Industrial, além de cláusulas de retirada mínima obrigatória ("take or pay") e compensação ("make up"), que é a recuperação de eventuais volumes pagos e não consumidos, no período de 12 meses. Os contratos com os distribuidores de GNC estabelecem que não poderá ser cobrada multa rescisória dos consumidores de gás que optarem pelo atendimento via gasoduto, quando este se tornar possível.

> **Segmento de Gás Natural Liquefeito - GNL:** Permite a antecipação do fornecimento de Gás Natural para regiões ainda não atendidas com Gás Natural canalizado, assim como o GNC - I, porém a maiores distâncias, não viáveis por GNC-I. Também possuem as mesmas características e cláusulas de "take or pay" do volume contratado e com "make up". Nos contratos desses clientes é prevista a obrigatoriedade de migração para gás canalizado, a partir do momento da entrada em operação dos gasodutos que viabilizam a ligação.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valor a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A autorização para emissão destas demonstrações contábeis foi dada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2012.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais.

#### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Contas a receber (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)
- Nota 8b – Imposto de renda e contribuição social ativos diferidos
- Nota 15 – Provisões
- Nota 23 – Instrumentos financeiros

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados dessas demonstrações contábeis.

#### a. Reclassificação

A demonstração do resultado, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e a nota explicativa de receita líquida do exercício 2010 foram objeto de reclassificação em função de estudo do critério de apresentação da receita e custo de construção, realizado pela administração.

Foram criadas linhas específicas na demonstração de resultados para demonstração das receitas e custos de construção, conforme ICPC-01, e apresentada nota explicativa específica, detalhando o procedimento adotado.

#### b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### Venda de bens

A receita de vendas de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

#### Receitas e custos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidas conforme o CPC 30 – Receitas, que orienta o reconhecimento na proporção dos gastos recuperáveis e estabelece que, quando não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação, não deve ser reconhecido qualquer lucro.

#### Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### c. Moeda estrangeira – transações com moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidas na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

#### d. Instrumentos financeiros

##### i – Ativos Financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar

os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

##### Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. São classificados nessa categoria os outros investimentos em LFT – Letras Financeiras do Tesouro.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

##### Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emite, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

##### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

##### • Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. Além disso, são registrados os valores referentes ao fornecimento de gás não faturado até a data do balanço, pelo regime de competência.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás imediatamente interrompido.

##### ii - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

##### iii - Capital Social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Ações preferenciais não são direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### e. Ativos circulantes e não circulantes

##### • Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, sendo que os materiais em estoque são classificados no ativo circulante – materiais para manutenção, e os materiais destinados a obras são classificados no ativo imobilizado em curso – material em depósito – não sendo depreciados. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

##### • Ativo de concessão

A Companhia realizou a segregação de seu ativo de concessão em financeiro e intangível, conforme determinação do ICPC 01 – Contrato de Concessão e do OCP 05 – Contrato de Concessão.

##### o Ativo financeiro de concessão

A Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação OCP 05, ambas sobre Contratos de Concessão, alteraram a forma de avaliação de ativos da Companhia. De acordo com as novas normas, o contrato de concessão da GASMIG se enquadra no modelo bifurcado, onde parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo poder concedente, ao final da concessão. Esse modelo híbrido prevê o reconhecimento de dois novos itens: o ativo financeiro e o ativo intangível.

A Companhia reconheceu como ativo financeiro a parcela indenizável prevista contractualmente, composta de valores de investimentos não recuperáveis pelas operações ao longo da vigência do contrato. A metodologia aplicada partiu da projeção da amortização dos ativos da Companhia até o término da concessão buscando a identificação dos itens com valores residuais naquela data. Em seguida, os valores foram atualizados monetariamente pelo IGP-M acumulado desde a data de início de operação desses ativos. Os valores identificados estão apresentados a preços das respectivas datas dos balanços informados. Os demais ativos, cuja vida útil está integralmente dentro do prazo do contrato, foram reconhecidos como ativos intangíveis.

##### • Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura construída pela concessionária como parte do contrato de concessão de serviço público de distribuição de gás natural canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, CVM nº 611 de 22 de dezembro de 2009 e CVM nº 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCP 05 – Contratos de Concessão.

O ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas compatíveis com a vida útil dos bens, conforme mencionado na Nota 10.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Também integram o ativo intangível os valores de ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

- As faixas de servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição, com vida útil indefinida.

#### f. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

#### g. Redução ao valor recuperável

##### i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

##### Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis no nível individualizado. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

##### ii. Ativos não financeiros

Os ativos do intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis de servidão permanente têm vida útil indefinida e seus valores de recuperação são testados anualmente (de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01), independentemente de haver indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

#### h. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

#### j. Contribuição de consumidores

As contribuições recebidas de consumidores destinadas à construção da rede de distribuição de gás estão classificadas no grupo de passivo, inicialmente na conta de Adiantamento de clientes, onde permanecerão até o início do fornecimento do gás. Após o início do fornecimento, os valores são transferidos para rubrica Obrigações especiais – participações financeiras, do grupo não circulante.

As contribuições são amortizadas de forma proporcional às amortizações ou baixas dos respectivos ativos intangíveis. Caso alguma contribuição tenha amortização calculada que ultrapasse o período de concessão, o valor residual é considerado como redutor do ativo financeiro a ser indenizado pelo concedente.

#### k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### l. Benefícios a empregados

##### i – Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

##### ii - Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se apliquem a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano ou na liquidação dos passivos do plano.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios dos planos previdenciários B - Misto e do plano de saúde ProSaude é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), de acordo com o recomendado pelo CPC 33 - Benefícios a empregados e pela NPC nº 26 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON.

**iii - Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Descrição/ Agente Financeiro	Tipo de aplicação/recurso	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Caixa		2	1
Banco do Brasil	Conta corrente	411	491
<b>Caixa</b>		<b>413</b>	<b>492</b>
Banco do Brasil	CDB Pós Fixado	118	118
Banco Itaú BBA	Debêntures	3.556	-
Banco Santander	CDB Pós Fixado	-	20.684
Banco Safra	Debêntures	29.002	28.227
Banco Votorantim	Debêntures	47.713	48.677
<b>Equivalentes de caixa</b>		<b>80.389</b>	<b>97.706</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>80.802</b>	<b>98.198</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de valor. A GASMIG possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

As aplicações financeiras em Debêntures e CDBs são remuneradas por taxas variáveis em 31 de dezembro de 2011 de 102,0% a 104,5% e em 31 de dezembro de 2010 de 100,0% a 104,0% do CDI, tendo como emissores bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota 23.

**5. OUTROS INVESTIMENTOS**

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Banco do Brasil	Títulos públicos (LFT)	17.724	18.253

As aplicações financeiras apresentadas estão vinculadas às debêntures (Nota 11) junto ao BNDES e possuem natureza de garantia parcial da operação. A valorização das aplicações financeiras é contabilizada com base no valor justo e registrada no resultado. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 23.

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Consumidores	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Grandes volumes	58.209	40.088
Automotivo - (Gás veicular)	2.562	2.445
Gás natural comprimido - GNC	3.244	2.192
Uso geral	1.032	713
Pequenos clientes não residenciais	15	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.695)	(5.634)
<b>Subtotal líquido consumidores</b>	<b>59.367</b>	<b>39.804</b>

Usinas Termelétricas (UTES)	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Valores a receber das UTES em função de gás já entregue	8.188	9.846
Direito da GASMIG de receber gás da PETROBRAS no futuro para repasse às UTES	161.347	185.726
Fornecedor - Gás adquirido da PETROBRAS e para repasse às UTES	(6.456)	(7.984)
Compromisso da GASMIG de entrega futura de gás para as UTES	(161.347)	(185.726)
<b>Subtotal líquido UTES</b>	<b>1.732</b>	<b>1.862</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO DE CONTAS A RECEBER</b>	<b>61.099</b>	<b>41.666</b>

O valor de R\$6.456 (R\$ 7.984 em 2010) referente a gás adquirido da PETROBRAS e para repasse às UTES foi classificado como reductor das respectivas contas a receber, por força da cláusula contratual denominada "infração conexa" mencionada na Nota 1.4. A exposição líquida da Companhia, no montante de R\$ 1.732 (R\$ 1.862 em 2010), refere-se ao valor líquido resultante das contas a receber das UTES deduzido do valor a pagar à PETROBRAS.

As contas a receber de clientes são compostas de faturas emitidas e parcelas de acordos de negociação de dívida, com vencimentos nos prazos e valores abaixo demonstrados:

Contas a receber	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
De 1 a 30 dias	13.793	3.402
De 31 a 60 dias	408	799
De 61 a 90 dias	5	200
De 91 a 180 dias	232	376
Acima de 180 dias	7.623	6.868
<b>Subtotal - consumidores e UTES</b>	<b>22.061</b>	<b>11.645</b>
Renda não faturada	51.189	43.639
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.695)	(5.634)
Fornecedor - Gás adquirido da PETROBRAS e repassado para as UTES	(6.456)	(7.984)
<b>TOTAL LÍQUIDO DE CONTAS A RECEBER</b>	<b>61.099</b>	<b>41.666</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se a consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata, estando o valor total provisionado incluído na linha (Acima de 180 dias) do quadro. A Companhia impetrou ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução do valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes é divulgada na nota 23b.

**7. IMPOSTOS A RECUPERAR**

A Companhia possui créditos de tributos a recuperar provenientes de aquisição de gás natural, de materiais e demais itens utilizados para composição de sua rede de distribuição de gás natural, reclassificados em 2010, conforme ICPC - 01, do ativo imobilizado para o ativo intangível e ativo financeiro.

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
ICMS - Provisão e compra de gás	13.602	9.705
ICMS - Rede de distribuição	7.905	8.452
PIS	3.590	3.561
COFINS	16.536	16.401
Outros tributos	21	161
<b>Total no curto prazo</b>	<b>41.654</b>	<b>38.280</b>
ICMS - Rede de distribuição	25.418	24.893
PIS	6.063	9.522
COFINS	27.926	43.861
<b>Total no longo prazo</b>	<b>59.407</b>	<b>78.276</b>

**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurções do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

**a) Imposto de renda e contribuição social correntes:**

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
<b>A Recolher</b>		
Imposto de renda	20.072	17.362
Contribuição social	6.307	5.253
	<b>26.379</b>	<b>22.615</b>
<b>A Compensar</b>		
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	(15.953)	(12.946)
Crédito de contribuição social apurado na declaração anual	(499)	(229)
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	(4.124)	(3.792)
	<b>(20.576)</b>	<b>(16.967)</b>
	<b>5.803</b>	<b>5.648</b>

**b) Imposto de renda e contribuição social ativos diferidos:**

O imposto de renda e contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Ágio (a)	7.014	10.409
Diferenças temporárias:		
Provisão juros IR/CS sobre exigibilidade suspensa	54	54
Provisão contingência PIS /COFINS sobre margem de técnicas	(35)	861
Provisão contingência ICMS na base do PIS e da COFINS	2.457	1.633
Provisão contingência de Crédito ICMS sobre ativo imobilizado	7.348	4.461
	<b>16.838</b>	<b>17.418</b>

(a) A Companhia optou por adotar a Instrução CVM nº 349/2001 ajustando suas demonstrações contábeis para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na incorporação reversa da TSS Participações S.A., ocorrida em julho de 2006. Os principais reflexos contábeis podem ser assim resumidos:

- Constituição de provisão para refletir a manutenção da integridade do patrimônio líquido, equivalente à diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização, apresentada como redução da conta de ágio. Essa provisão foi registrada em contrapartida da conta de reserva especial de ágio (nota 17b).
- Reconhecimento de crédito tributário, relativo a imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida da reserva especial de ágio (nota 17b).
- Realização da provisão para refletir a manutenção da integridade do patrimônio líquido para o resultado do exercício, à medida da realização do ágio, com base nas projeções de lucratividade da GASMIG.

O efeito do crédito fiscal de ágio, registrado no realizável a longo prazo, está sendo amortizado de acordo com a expectativa de realização de lucros futuros até o ano de 2013, para que o valor do ágio possa ser utilizado para aumento do capital social da GASMIG, sendo assim revertido a todos os acionistas, na proporção de sua participação na Companhia. Os resultados realizados e as projeções dos resultados confirmam que o crédito fiscal de ágio será utilizado no prazo originalmente previsto.

Os principais efeitos desta contabilização são como segue:

Contas Contábeis	31/12/2010	Amortizações	31/12/2011
Ágio na incorporação de controladora	30.614	(9.986)	20.628
Provisão para manutenção do patrimônio líquido	(20.205)	6.591	(13.614)
Reserva especial de ágio na incorporação	10.409	(3.395)	7.014

Os valores registrados sob o título de diferenças temporárias são oriundos de provisões para contingências constituídas até o exercício, demonstradas na nota 15.

**c) Imposto de renda e contribuição social passivos diferidos:**

O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos são constituídos com base na atualização do ativo financeiro, proveniente da aplicação da ICPC 01 e OCPC 05, que trata de contratos de construção, conforme nota 10. Essa atualização é contabilizada na conta de receitas financeiras e sua tributação considerada como ajuste de Regime Tributário de Transição - RTT, gerando contabilização dos seguintes valores de impostos:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Atualização do ativo financeiro	20.777	11.716

**d) Reconciliação das despesas do imposto de renda e contribuição social:**

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (aliquota de 25%) e da Contribuição Social (aliquota 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>160.128</b>	<b>137.361</b>
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(54.444)	(46.703)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre capital próprio	15.458	14.900
Incentivos fiscais	894	672
Contribuições e doações indedutíveis	(730)	(484)
Amortização da provisão do ágio na incorporação de controladora	2.241	2.418
Ajuste de declaração de anos anteriores	-	(69)
Créditos fiscais	54	-
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva</b>	<b>(36.527)</b>	<b>(29.266)</b>
Aliquota efetiva do imposto	23,0%	21,0%

**9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas:

	2011				
	CEMIG	PETROBRAS	GEMINI	GASPETRO	TOTAL
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Consumidores - BR Distribuidora <sup>(1)</sup>	-	288	-	-	288
Consumidores - UTE Ibiritermo <sup>(1)</sup>	-	266	-	-	266
Gás pago e não retirado - Take or pay convencional <sup>(2)</sup>	-	21.663	-	-	21.663
<b>Total</b>	-	<b>22.217</b>	-	-	<b>22.217</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores de gás - convencional <sup>(4)</sup>	-	39.228	-	-	39.228
Fornecedores de gás - UTES <sup>(4)</sup>	-	12.792	-	-	12.792
Salários, provisões e contribuições sociais <sup>(5)</sup>	1.818	91	-	-	328 2.237
Previdência privada - FORLUZ <sup>(7)</sup>	666	-	-	-	666
Plano de saúde - CEMIG SAÚDE <sup>(8)</sup>	136	-	-	-	136
Outras obrigações <sup>(9)</sup>	1.732	-	-	-	1.732
<b>Total</b>	<b>4.352</b>	<b>52.111</b>	-	-	<b>328 56.791</b>
<b>RESULTADO</b>					
Fornecimento de gás - BR Distribuidora <sup>(1)</sup>	-	7.233	-	-	7.233
Fornecimento de gás - Térmicas <sup>(1)</sup>	-	68.699	-	-	68.699
Fornecimento não faturado BR Distribuidora <sup>(1)</sup>	-	274	-	-	274
Fornecimento não faturado - Térmico <sup>(1)</sup>	-	7.921	-	-	7.921
Gás adquirido para revenda <sup>(4)</sup>	-	587.847	8.437	-	596.284
Despesas com pessoal <sup>(5)</sup>	10.871	1.107	-	-	15.701 13.548
Despesas com previdência privada <sup>(7)</sup>	1.115	-	-	-	1.115
Despesas com plano de saúde <sup>(8)</sup>	610	-	-	-	610
Despesas com serviços - CEMIG Telecom <sup>(9)</sup>	37	-	-	-	37
<b>Total</b>	<b>12.633</b>	<b>673.081</b>	<b>8.437</b>	<b>1.570</b>	<b>695.721</b>

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2010				
	CEMIG	PETROBRAS	GEMINI	GASPETRO	TOTAL
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Consumidores – BR					
Distribuidora <sup>(1)</sup> .....	-	377	-	-	377
Consumidores – UTE					
Ibitirermo <sup>(1)</sup> .....	-	268	-	-	268
Fornecimento não faturado –					
Térmico <sup>(1)</sup> .....	-	9.578	-	-	9.578
Gás pago e não retirado – Take or pay convencional <sup>(2)</sup> .....	-	22.236	-	-	22.236
<b>Total</b> .....		<b>32.459</b>			<b>32.459</b>

<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores de serviços <sup>(3)</sup> .....	3	-	-	-	3
Fornecedores de gás – convencional <sup>(4)</sup> .....	-	26.214	679	-	26.893
Fornecedores de gás – UTEs <sup>(4)</sup> .....	-	13.983	-	-	13.983
Previdência privada – FORLUZ <sup>(7)</sup> .....	286	-	-	-	286
Plano de saúde – CEMIG SAÚDE <sup>(8)</sup> .....	117	-	-	-	117
Salários, provisões e contribuições sociais <sup>(5)</sup> .....	2.156	-	-	1.041	3.197
<b>Total</b> .....	<b>2.562</b>	<b>40.197</b>	<b>679</b>	<b>1.041</b>	<b>44.479</b>

<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>					
Fornecedores – Retenção Contratual <sup>(6)</sup> .....	-	13.803	-	-	13.803
<b>Total</b> .....		<b>13.803</b>			<b>13.803</b>

<b>RESULTADO</b>					
Fornecimento de gás – BR Distribuidora <sup>(1)</sup> .....	-	9.820	-	-	9.820
Fornecimento de gás – Térmicas <sup>(1)</sup> .....	-	147.806	-	-	147.806
Fornecimento não faturado – BR Distribuidora <sup>(1)</sup> .....	-	152	-	-	152
Fornecimento não faturado – Térmico <sup>(1)</sup> .....	-	9.376	-	-	9.376
Gás adquirido para revenda <sup>(4)</sup> .....	-	397.802	10.582	-	408.384
Despesas com pessoal <sup>(9)</sup> .....	12.715	-	-	2.190	14.905
Despesas com previdência privada <sup>(7)</sup> .....	664	-	-	-	664
Despesas com plano de saúde <sup>(8)</sup> .....	536	-	-	-	536
Despesas com serviços – Andrade Gutierrez <sup>(9)</sup> .....	2.385	-	-	-	2.385
Despesas com serviços – CEMIG Telecom <sup>(3)</sup> .....	23	-	-	-	23
<b>Total</b> .....	<b>16.323</b>	<b>564.956</b>	<b>10.582</b>	<b>2.190</b>	<b>594.051</b>

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) A GASMIG tem contratos firmados de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S/A (UTE Ibitirermo e UTE Juiz de Fora) e BR Distribuidora. Vide Notas 1.3 e 1.4.
- (2) No encerramento de 2011, o saldo de R\$21.663, em função de gás não consumido do contrato firme flexível, assegurava um direito de retirada futura de 42.508,62 mil m<sup>3</sup> de gás natural.
- (3) A GASMIG possui contrato com a CEMIG Telecom para utilização dos serviços de comunicação remota, que possibilita a realização da comunicação de dados e voz entre os diversos Centros de Distribuição – CD's da Companhia.
- (4) A Companhia possui contratos de suprimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S/A, com duração de 20 anos a contar do ano de 2001. Para suprimento dos clientes em localidades sem gasoduto de transporte, a GASMIG possui, até outubro de 2011, contrato de Gás Natural Liquefeito com o fornecedor GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda, formado por consórcio entre as empresas Petróleo Brasileiro S/A e White Martins S/A. Vide Notas 1.3 e 1.4.
- (5) O saldo refere-se a provisões e valores a pagar à CEMIG, PETROBRAS e GASPE-TRO, por cessão de empregados. Em 2011, a Diretoria Executiva da GASMIG era composta por dois empregados de sua acionista PETROBRAS, que prestavam serviços na condição de cedidos, tendo desembolsado R\$1.107 de honorários e encargos para este fim. Dois dos membros da Diretoria Executiva, desde dezembro de 2010, passaram a ser remunerados diretamente pela Companhia.
- (6) Foi firmado um acordo para definição de um novo critério para as reparações de margem por falha de fornecimento devida pela Petróleo Brasileiro S/A à GASMIG. No acordo, foi negociada a validade retroativa do critério, o que gerou uma obrigação de pagamento da GASMIG à PETROBRAS dos valores cobrados no critério anterior.
- (7) A GASMIG é uma das patrocinadoras do Plano "B", plano misto de previdência privada, cuja administradora é a Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, e realiza pagamentos mensais, conforme nota 22.
- (8) A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano ProSaúde Integrado – PSI, plano de saúde administrado pela CEMIG SAÚDE, e realiza pagamentos mensais. Vide nota 22.
- (9) Em 2010, a Companhia realizou o pagamento do termo de quitação final da obra do Vale do Aço, primeira etapa, à Construtora Andrade Gutierrez.
- (10) A GASMIG remunera diretamente os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Os valores referentes a essa remuneração estão demonstrados a seguir:

	2011		2010	
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Conselho de administração	Conselho fiscal
Honorários.....	460	94	310	72
INSS.....	92	19	62	14
<b>TOTAL</b> .....	<b>552</b>	<b>113</b>	<b>372</b>	<b>86</b>

**10. ATIVO DE CONCESSÃO – ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL**

Durante o exercício de 2011, a Companhia realizou investimentos de adensamento na rede de distribuição de gás natural. O montante de R\$13.863, relativo à capitalização de projetos concluídos no exercício de 2011, foi transferido do ativo de concessão em curso para o ativo de concessão em serviço.

A composição do ativo de concessão da Companhia é a seguinte:

	Taxa de amortização % a.a.	Custo	2011		2010	
			Amortização	Líquido	Amortização	Líquido
Softwares.....	20	5.115	(4.301)	814	453	
Servidões permanentes.....		3.382	-	3.382	3.382	
Tubulações.....	3,34	402.592	(74.535)	328.057	356.623	
Máquinas e equipamentos.....	5 a 20	65.324	(28.497)	36.827	34.192	
Edificações - obras civis e benfeitorias.....	4	3.453	(1.374)	2.079	2.132	
Terrenos.....		57	-	57	162	
Equipamentos de processamento de dados.....	20	2.851	(2.436)	415	139	
Móveis e utensílios.....	10	819	(532)	287	352	
Veículos.....	20	162	(82)	80	112	
Benfeitorias em propriedades arrendadas.....	10	1.003	(459)	544	644	
Construção e expansão de ramais.....		39.760	-	39.760	48.124	
Material em depósito.....		8.406	-	8.406	8.176	
<b>Ativo de concessão - Intangível</b> .....		<b>532.924</b>	<b>(112.216)</b>	<b>420.708</b>	<b>454.491</b>	
Ativo financeiro – bens indenizados ao final da concessão.....		-	-	490.805	486.312	
<b>Ativo de concessão – Financeiro</b> .....				<b>490.805</b>	<b>486.312</b>	
<b>Total do ativo de concessão</b> .....		<b>532.924</b>	<b>(112.216)</b>	<b>911.513</b>	<b>940.803</b>	

(\*) O saldo de construção e expansão de ramais, bem como de material em depósito corresponde, substancialmente, a aquisições de tubos, materiais diversos e obras relacionadas a projetos de expansão.

O contrato de concessão dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a GASMIG, em 27 de julho de 1995, regulamenta a exploração industrial, comercial, institucional e residencial dos serviços de gás canalizado pela Companhia, no qual:

- estabelece quais serviços o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores. Para cumprir essas obrigações, o concessionário realiza constantemente investimentos na rede de distribuição;
- ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura serão revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;
- o preço é regulado por meio de mecanismos de tarifa estabelecidos em contrato e homologados pelo poder concedente; e
- todos os bens, equipamentos, canalizações e medidores utilizados na distribuição do gás, assim como quaisquer outros bens móveis e imóveis adquiridos, por qualquer forma, inclusive veículos e máquinas, utensílios, mobiliários e linhas telefônicas, entre os quais os realizados com a contribuição de poderes públicos, antes privados ou de qualquer usuário pertencem à única e exclusivamente à CONCESSIONÁRIA.

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

- parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

A infraestrutura construída pela concessionária, que é reconhecida inicialmente conforme a determinação do CPC 27 – Ativo Imobilizado e do CPC 04 - Ativos Intangíveis, é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de gás natural pelos clientes (emissão de faturamento mensal de gás natural circulado/vendido); e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. Os valores calculados para composição do ativo financeiro, por exercício, são atualizados monetariamente pelo IGP-M acumulado desde a data de início de operação de cada ativo e estão apresentados a seguir:

Descrição	2011	2010
Parcela do ativo não recuperável via tarifa – bens indenizados ao final da concessão.....	490.805	486.312
Atualização monetária.....	61.110	34.458
<b>Total do ativo financeiro</b> .....	<b>551.915</b>	<b>520.770</b>

As movimentações do ativo de concessão da Companhia aconteceram conforme os quadros a seguir:

Descrição	Taxa de Amortização % a.a.	Saldo 31/12/2010	Adições			Baixas		Transferências		Saldo 31/12/2011
<b>Ativo de concessão em Serviço</b>										
Servidões permanentes.....		3.382	-	-	-	-	-	-	-	3.382
Softwares.....		4.314	-	-	801	-	-	-	-	5.115
Terrenos.....		162	-	(105)	-	-	-	-	-	57
Edificações - obras civis e benfeitorias.....		4.613	-	-	259	-	-	-	-	4.872
Benfeitorias em propriedades arrendadas.....		1.003	-	-	-	-	-	-	-	1.003
Máquinas e equipamentos.....		60.162	506	(53)	7.310	-	-	-	-	67.925
Tubulações.....		884.276	-	-	5.101	-	-	-	-	889.377
Móveis.....		816	-	(1)	4	-	-	-	-	819
Equipamentos processamento de dados.....		2.500	-	(37)	388	-	-	-	-	2.851
Veículos.....		162	-	-	-	-	-	-	-	162
Ativo de concessão em curso.....		56.300	11.363	(5.634)	(13.863)	-	-	-	-	48.166
<b>Total do ativo de concessão</b> .....		<b>1.017.690</b>	<b>11.869</b>	<b>(5.830)</b>						<b>1.023.729</b>
<b>Amortização Acumulada</b>										
Softwares.....	20	(3.861)	(440)	-	-	-	-	-	-	(4.301)
Edificações - obras civis e benfeitorias.....	4	(1.187)	(187)	-	-	-	-	-	-	(1.374)
Benfeitorias em propriedades arrendadas.....	10	(359)	(100)	-	-	-	-	-	-	(459)
Máquinas e equipamentos.....	5 a 20	(21.879)	(4.105)	31	-	-	-	-	-	(25.953)
Tubulações.....	3,34	(47.777)	(35.475)	-	-	-	-	-	-	(83.252)
Móveis.....	10	(464)	(69)	1	-	-	-	-	-	(532)
Equipamento processamento de dados.....	20	(2.361)	(100)	25	-	-	-	-	-	(2.436)
Veículos.....	20	(50)	(32)	-	-	-	-	-	-	(82)
Depreciação – Lei 11.638/07.....		1.051	5.122	-	-	-	-	-	-	6.173
<b>Total amortização do ativo de concessão</b> .....		<b>(76.887)</b>	<b>(35.386)</b>	<b>57</b>						<b>(112.216)</b>
<b>Total do ativo de concessão líquido</b> .....		<b>940.803</b>	<b>(23.517)</b>	<b>(5.773)</b>						<b>911.513</b>
Parcela não recuperável via tarifa*.....		(486.312)	(4.493)	-	-	-	-	-	-	(490.805)
<b>Total do intangível**</b> .....		<b>454.491</b>	<b>(28.010)</b>	<b>(5.773)</b>						<b>420.708</b>

\* Valores de ativos imobilizados agora apresentados como ativos financeiros.

\*\* Valores de ativos imobilizados agora apresentados como ativos intangíveis.

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Taxa de Amortização % a.a					Saldo 31/12/2010
		Saldo 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferências	
<b>Ativo regulatório</b>						
Servidões permanentes.....		3.392	194	(204)	—	3.382
Softwares.....		4.276	—	—	38	4.314
Terrenos.....		57	105	—	—	162
Edificações - obras civis e benfeitorias.....		3.125	—	—	1.488	4.613
Benfeitorias em propriedades arrendadas.....		1.003	—	—	—	1.003
Máquinas e equipamentos.....		40.682	561	(7)	18.926	60.162
Tubulações.....		154.609	—	—	729.667	884.276
Móveis.....		728	—	—	88	816
Equipamentos processamento de dados.....		2.795	—	(300)	5	2.500
Veículos.....		74	—	—	88	162
Ativo de concessão em curso.....		553.331	253.269	—	(750.300)	56.300
<b>Total do ativo regulatório.....</b>		<b>764.072</b>	<b>254.129</b>	<b>(511)</b>	<b>—</b>	<b>1.017.690</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Softwares.....	20	(3.217)	(644)	—	—	(3.861)
Edificações - obras civis e benfeitorias.....	4	(1.045)	(142)	—	—	(1.187)
Benfeitorias em propriedades arrendadas.....	10	(259)	(100)	—	—	(359)
Máquinas e equipamentos.....	5 a 20	(18.884)	(2.995)	—	—	(21.879)
Tubulações.....	3,34	(34.245)	(13.532)	—	—	(47.777)
Móveis.....	10	(394)	(70)	—	—	(464)
Equipamento processamento de dados.....	20	(2.498)	(161)	298	—	(2.361)
Veículos.....	20	(27)	(23)	—	—	(50)
Depreciação - Lei 11.638/07.....		—	1.051	—	—	1.051
<b>Total amortização do ativo regulatório.....</b>		<b>(60.569)</b>	<b>(16.616)</b>	<b>298</b>	<b>—</b>	<b>(76.887)</b>
<b>Total do ativo regulatório líquido.....</b>		<b>703.503</b>	<b>237.513</b>	<b>(213)</b>	<b>—</b>	<b>940.803</b>
Parcela não recuperável via tarifa*.....		(57.050)	—	—	—	(486.312)
<b>Total do intangível**.....</b>		<b>646.453</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>454.491</b>

\* Valores de ativos imobilizados agora apresentados como ativos financeiros.  
\*\* Valores de ativos imobilizados agora apresentados como ativos intangíveis.

## 11. DEBÊNTURES

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia sobre risco de taxa de juros, ver nota 23.

Agente Financeiro	Encargos	2011		2010	
		Circulante		Não Circulante	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDESPAR.....	9,12%	49.917	187.840	50.110	236.837

Em 2009 e 2010, a Companhia recebeu um total de R\$294.000 junto ao BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR, referentes a subscrições de debêntures não convertíveis, emitidas pela GASMIG com o objetivo de captar recursos para financiar investimentos em expansões da rede de distribuição de gás natural do Estado de Minas Gerais nas regiões do Vale do Aço e Sul de Minas.

As debêntures emitidas serão remuneradas à taxa de 2,12% ao ano, acima da TJLP, acrescida de 1% ao ano a título de custo de captação, observada a sistemática estabelecida no contrato de promessa de subscrição de debêntures simples, celebrado entre a Companhia e o BNDESPAR.

Essa operação, aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em outubro de 2009, alcançou uma captação de R\$294.000 e, conforme cláusulas contratuais, têm amortizações mensais de 1,39% o equivalente a parcelas mensais de R\$4.083, com vencimento em outubro de 2016.

Saldo da Dívida em 31/12/2010	Encargos Financeiros Provisoriamente	Encargos Financeiros Pagos	Resgate/Amortização	Saldo da Dívida em 31/12/2011
286.947	23.204	(23.397)	(48.997)	237.757

A seguir, apresentamos o cronograma anual de quitação do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	Total
<b>Quitação</b>	(49.917)	(48.997)	(48.997)	(48.997)	(40.849)	(237.757)

### 11.1 - Covenants

O contrato com o BNDESPAR prevê que a Companhia apresente os seguintes indicadores:

a) LAJIDA/Serviço da Dívida, onde LAJIDA é resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização. O serviço da dívida é o pagamento de juros e amortização do principal, incorridos sobre o endividamento financeiro. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3. No ano 2011, o resultado apurado foi de 2,5.

O único endividamento financeiro que a GASMIG possui corresponde ao próprio recurso captado junto ao BNDESPAR. Os gastos com serviço da dívida em 2011, no total de R\$72.201, referem-se ao pagamento de encargos, no valor de R\$23.204, bem como à quitação de doze parcelas de amortização do principal da dívida no valor de R\$48.997.

b) Endividamento Geral, calculado através da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total. É exigido um resultado menor que 0,6. No encerramento do exercício de 2011, foi apurado um endividamento geral de 0,38.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos Covenants previstas no contrato de debêntures.

## 12. FORNECEDORES

	31 de dezembro 2011		31 de dezembro 2010	
	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Saldo Final
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores de gás.....	52.020	—	—	40.885
(-) Fornecedor - gás compra PETROBRAS para repasse às UTEs (Nota 6).....	(6.456)	—	—	(7.984)
Fornecedores de serviços e materiais.....	45.564	6.515	—	32.901
	52.079	42.926	—	42.926
<b>Passivo não circulante</b>				
Fornecedor de gás - item 6 da Nota 9.....	9.108	—	—	13.803
Fornecedores de serviços e materiais.....	351	—	—	318
	<b>9.459</b>	<b>14.121</b>		

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota 23.

## 13. IMPOSTOS A RECOLHER

	2011	2010
<b>A Recolher</b>		
ICMS.....	11.737	9.086
PIS/PASEP.....	82	86
COFINS.....	376	395
INSS - Retenções de pessoas jurídicas.....	16	158
Outros.....	196	294
	<b>12.407</b>	<b>10.019</b>

## 14. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Obrigações especiais - participações financeiras recebidas.....	51.833	48.623
(-) Obrigações especiais - amortização de participações financeiras.....	(11.695)	(8.708)
	<b>40.138</b>	<b>39.915</b>

## 15. PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, bem como das situações nas quais a Companhia pode vir a ser demandada judicialmente e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerável suficiente para cobrir as perdas estimadas.

a) Composição das provisões para contingências:

	2011	2010
Cíveis.....	82	82
Tributárias.....	29.682	20.891
	<b>29.764</b>	<b>20.973</b>

As contingências tributárias referem-se a:

- Exclusão ICMS sobre a base de cálculo de PIS e Cofins no montante de R\$7.226 (R\$4.804 em 31 de dezembro de 2010);
- Créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede no montante de R\$21.612 (R\$13.120 em 31 de dezembro de 2010);
- Pis e Cofins sobre o "Compromisso de margem" relativo às operações entre a Companhia, UTE JF e UTE Ibritermo no montante de R\$2.714 em 31 de dezembro de 2010 e R\$591 relativo à provisão para outras contingências judiciais em 2011.
- Prescrição de exigibilidade suspensa relativa à exclusão da contribuição social sobre o imposto de renda no montante de R\$335 (R\$335 em 31 de dezembro de 2010).

	2010		2011	
	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Estornos e/ou Reversões
Cíveis.....	82	—	—	82
Tributárias.....	20.891	11.422	—	(2.631)
Sem depósitos judiciais.....	2.479	509	—	(2.631)
Com depósitos judiciais.....	18.494	10.913	—	29.407
	<b>20.973</b>	<b>11.422</b>	<b>—</b>	<b>(2.631)</b>

b) Os depósitos judiciais são compostos por valores conforme a contingência a seguir:

	31 de dezembro 2011		31 de dezembro 2010	
	Saldo Inicial	Adições	Utilização	Saldo Final
ICMS na base do PIS e da Cofins.....	9.062	—	—	6.641
Créditos de ICMS sobre Ativo Imobilizado.....	21.563	—	—	13.070
Outros.....	706	—	—	673
	<b>31.331</b>	<b>20.384</b>		

## Ações com risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### • Contingência - alíquota zero PIS/COFINS

A principal matéria classificada como risco possível em 2010 se refere à alíquota zero de PIS/COFINS, que, após a promulgação, publicação e vigência da Lei 12.431/2011 e acordãos publicados pela Receita Federal do Brasil, foi efetuada reversão das provisões constituídas, conforme descrevemos abaixo:

Em 2011, a partir da vigência da Lei 12.431/2011, descrito no artigo 52, foi concedida a remissão expressa dos débitos de responsabilidade da pessoa jurídica supridora de gás e das companhias distribuidoras de gás estaduais, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, correspondentes à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente das operações com gás natural canalizado, oriundas dos contratos com usinas integrantes do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT).

O Acórdão 3402-001.397 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária - de 07 de julho de 2011, concedeu a remissão para os créditos tributários do período de 01/03/2002 a 31/12/2002 nos termos do art. 52 da Lei 12.431/2011, para a Companhia;

O Acórdão 3402-001.382 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária - de 07 de julho de 2011, concedeu a remissão para os créditos tributários do período de 01/01/2003 a 31/12/2004 nos termos do art. 52 da Lei 12.431/2011, para a Companhia;

Após a Lei 12.431/2011, a redução a zero da alíquota do PIS e COFINS incidente sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica pelas usinas integrantes do Programa prioritário de Termoeletricidade (PPT) foi mantida e o risco possível de perda para a companhia citado foi anulado após a vigência da lei.

## 16. GÁS PAGO E NÃO RETIRADO - TAKE OR PAY

Alguns contratos com clientes possuem cláusula de retirada mínima mensal e anual. Caso o volume consumido no mês seja inferior ao previsto contratualmente, o cliente realiza pagamento do valor correspondente ao volume restante e, em contrapartida, a GASMIG reconhece o compromisso entrega futura de gás em conta específica, conforme quadro abaixo:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Grandes volumes.....	40.942	30.724
Gás natural comprimido - GNC.....	1.353	—
Automotivo.....	3	—
	<b>42.298</b>	<b>30.724</b>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$643.780 em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. O capital é composto por ações sem valor nominal, assim distribuído:

2011	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia Energética de Minas Gerais.....	69.309	50,8	156.569	57,4	225.878	55,2
PETROBRAS Gás S/A.....	54.567	40,0	109.135	40,0	163.702	40,0
Estado de Minas Gerais.....	10.782	7,9	7.133	2,6	17.915	4,4
Município de Belo Horizonte.....	1.760	1,3	—	—	1.760	0,4
<b>Total em 31/12/2011.....</b>	<b>136.418</b>	<b>100,0</b>	<b>272.837</b>	<b>100,0</b>	<b>409.255</b>	<b>100,0</b>

2010	Quantidades de Ações (milhares)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia Energética de Minas Gerais.....	69.309	50,8	156.569	57,4	225.878	55,2
PETROBRAS Gás S/A.....	54.567	40,0	109.135	40,0	163.702	40,0
MGI - Minas Gerais Participações S.A. ....	10.782	7,9	7.133	2,6	17.915	4,4
Município de Belo Horizonte.....	1.760	1,3	—	—	1.760	0,4
<b>Total em 31/12/2010.....</b>	<b>136.418</b>	<b>100,0</b>	<b>272.837</b>	<b>100,0</b>	<b>409.255</b>	<b>100,0</b>

O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias, e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações inscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia.

Em 26 de dezembro de 2011, a MGI - Minas Gerais Participações S.A. comunicou formalmente à GASMIG que autorizou a transferência, para o Estado de Minas Gerais, da totalidade das 17.914.509 ações nominativas por ela possuídas. Por meio de aviso de fato relevante ao mercado, publicado em 27 de dezembro de 2011, a acionista Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG informou que seu Conselho de Administração autorizou a aquisição de 4,38% do total das ações do capital social da GASMIG, pertencentes ao Estado de Minas Gerais. O valor a ser pago pela CEMIG por essas ações ficou fixado em R\$67.222.926,00, o que corresponde a um preço de aproximadamente R\$3,75 por ação. O referido preço de aquisição será ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, a ser elaborado por instituição especializada escolhida e contratada pela CEMIG.

### b. Reservas de capital

A composição da conta reserva de capital é demonstrada como segue:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Ágio - Reserva para aumento de capital.....	14.636	11.241
Reserva especial de ágio na incorporação.....	7.014	10.409
	<b>21.650</b>	<b>21.650</b>

O saldo de reservas de capital é constituído de incentivo fiscal auferido na operação de incorporação reversa da acionista TSS. O item Ágio - Reserva para Aumento de Capital registra o valor do incentivo já usufruído pela Companhia. Na reserva especial de ágio na incorporação está registrado o valor ainda não deduzido da base de cálculo do imposto de renda.



Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**c. Reservas de lucros**

A composição da conta reserva de lucros é demonstrada como segue:

	31 de dezembro 2011	31 de dezembro 2010
Reserva legal.....	19.757	13.576
Reserva de lucros a realizar.....	40.332	22.742
Reserva de retenção de lucros.....	26.367	84.786
Dividendos Adicionais Propostos.....	54.365	18.000
	<b>140.821</b>	<b>139.104</b>

**i. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo preservar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**ii. Reserva de lucros a realizar**

É decorrente do valor de atualização do ativo financeiro pelo IGPM acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão. Essa reserva tem finalidade de preservar a parcela do lucro ainda não realizada financeiramente, apesar de contábil e economicamente realizada pela Companhia. Tal montante foi reconhecido no resultado dos exercícios, porém, não foi recebido pela Companhia. A realização dos montantes ocorrerá ao final da concessão, quando o Poder Concedente poderá pagar a indenização prevista ou prorrogar o período da concessão.

**iii. Reserva de retenção de lucros**

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. A retenção de lucros nessa reserva foi devidamente aprovada pela Assembléia Geral da Companhia, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas.

Tendo em vista que a revisão do fluxo de caixa da Gasmig indicou a possibilidade de uma distribuição complementar de dividendos ainda em 2011, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada dia 21 de dezembro de 2011, deliberou aprovar a proposta de pagamento de dividendos complementares a todos os acionistas, no valor de R\$58.419 mil.

Os referidos dividendos, pagos à conta de Reserva de retenção de lucros, compreendem o saldo remanescente do Lucro Líquido de 2010, retido pela Assembléia Geral Ordinária de abril de 2011 (R\$28.419 mil), bem como retenções realizadas em exercícios anteriores a 2010 (R\$30.000).

**d. Dividendos e juros sobre capital próprio**

A Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio sobre os quais há incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para o acionista imune, Município de Belo Horizonte. Os juros sobre capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de demonstração, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. Conforme Lei nº 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do ano de 2011.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício.....	123.601	108.095
Reserva legal.....	(6.181)	(5.405)
Constituição da reserva de lucros a realizar – efeitos Lei 11.638/07.....	(17.590)	(12.449)
<b>Lucro a distribuir.....</b>	<b>99.830</b>	<b>90.241</b>
<b>Dividendos propostos pela administração.....</b>	<b>99.830</b>	<b>61.823</b>
Dividendos.....	54.365	18.000
Juros sobre capital próprio.....	45.465	43.823
<b>Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....</b>	<b>99.830</b>	<b>61.823</b>
<b>Valor dos dividendos por lote de mil ações (ordinárias e preferenciais) – em RS.....</b>	<b>243,93</b>	<b>151,06</b>
<b>Participação dos dividendos no lucro a distribuir....</b>	<b>100,00%</b>	<b>68,51%</b>

O dividendo mínimo obrigatório determinado pelo caput do art. 33 do Estatuto Social da Companhia é de 25% sobre o lucro disponível para distribuição, calculado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Em atendimento ao disposto no item 11 da Interpretação ICPC 08, os juros sobre o capital próprio, já creditados aos acionistas e computados no cálculo do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2011, foram classificados no Passivo Circulante da Companhia, pois se caracterizam efetivamente como obrigação legal. Já os dividendos complementares propostos pela Administração serão mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada "Dividendos Adicionais Propostos", até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas.

**18. RECEITA**

A receita é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás, conforme tabela a seguir:

	Número de Consumidores (*)	Volume em mil / m³(*)		R\$	
		2011	2010	2011	2010
Automotivo.....	87	38.088	41.423	43.092	47.132
Gás Natural Comprimido					
Automotivo.....	3	2.695	2.896	3.049	3.294
Grandes Volumes.....	108	967.210	600.322	891.720	520.492
Gás Natural Comprimido					
Industrial.....	4	23.717	29.631	22.843	27.012
Uso Geral.....	87	9.145	7.963	11.436	9.367
Pequeno Cliente não Residencial.....	18	53	-	120	-
<b>Sub-total - Gás Convencional.....</b>	<b>307</b>	<b>1.040.908</b>	<b>682.235</b>	<b>972.260</b>	<b>607.297</b>
Termelétricas.....					
Gás circulado.....	2	24.360	279.536	76.620	130.034
Compromisso de margem e transporte.....	-	-	-	-	(16.837)
	<b>309</b>	<b>1.065.268</b>	<b>961.771</b>	<b>1.048.880</b>	<b>720.494</b>

(\*) não auditado.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
<b>Receita bruta fiscal.....</b>	<b>1.048.880</b>	<b>720.494</b>
Descontos condicionais.....	(135)	-
<b>Impostos sobre vendas</b>		
ICMS Operação própria.....	(125.448)	(88.015)
ICMS Substituição tributária.....	(5.983)	(7.746)
PIS.....	(15.711)	(9.564)
COFINS.....	(72.366)	(43.662)
<b>Receita.....</b>	<b>829.237</b>	<b>571.507</b>

**19. RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO**

A orientação OCP 05 – Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidência das receitas e dos custos de construção.

A GASMIG não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a GASMIG integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, da Orientação OCP 05 – Contratos de Concessão, do CPC 17 – Contratos de Construção e do CPC 30 – Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, mas as transações de onde fruídos os benefícios não podem ser mensuradas confiavelmente, pois os clientes não possuem consumo fixo de gás.

	2011	2010
Receita de construção.....	11.869	254.129
Custos de construção.....	(11.869)	(254.129)
<b>Receitas (custos) de construção.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**20. RESULTADO FINANCEIRO**

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2011	2010
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações financeiras.....	17.023	15.982
Atualização monetária – efeito Lei 11.638/07.....	26.652	18.861
Juros e multas.....	1.886	6.230
Atualizações monetárias.....	9	5
Outros.....	1.049	5.562
	<b>46.619</b>	<b>46.640</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos da dívida.....	(23.204)	(1.113)
Juros e multas.....	(1.406)	(3.421)
Outros.....	(1.238)	(464)
	<b>(25.848)</b>	<b>(4.998)</b>

**21. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

No exercício de 2011, foi firmado acordo específico para pagamento da participação nos resultados da Companhia, no montante de R\$4.005. No exercício anterior, o acordo havia gerado um pagamento total de R\$3.785.

**22. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

A GASMIG é patrocinadora do Plano B - plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como ao recebimento dos benefícios por tempo de Contribuição, administrado pela Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ.

Em 2010, foi criada a empresa CEMIG Saúde, que passou a ser a patrocinadora do Prosaúde Integrado da CEMIG (PSI), um plano de saúde com cobertura médica e odontológica, destinado aos empregados das patrocinadoras da Forluz e aos assistidos (aposentados e pensionistas) dos planos previdenciários, bem como seus dependentes.

As principais premissas atuariais utilizadas na avaliação são conforme segue:

	2011	2010
Taxa real anual de descontos.....	5,7% a.a.	6,0% a.a.
Taxa nominal anual de desconto.....	9,93% a.a.	10,24% a.a.
Taxa anual de longo prazo de inflação.....	4% a.a.	4% a.a.
Taxa de inflação médica.....	2% a.a.	N.A.
Rotatividade.....	Nula	Nula
Projeção crescimento real de salário.....	-	-
Fator de capacidade (salário e benefício).....	98%	98%
Composição Familiar.....	Dados reais	Dados reais
Tábua Mortalidade Geral.....	AT2000	AT 83
Tábua Mortalidade de Inválidos.....	AT 49	AT 49
Tábua Entrada Invalidez.....	LIGHT	LIGHT

Os resultados apurados foram os seguintes:

Plano de Aposentadoria

*Estatísticas dos participantes*

**População**

	2011	2010
Participantes ativos.....	125	129

**Características etárias**

1. Participantes ativos		
1.1 Idade média.....	33,71	31,78
1.2 Serviço creditado (total).....	3,34	1,90
1.3 Tempo para aposentadoria.....	26,29	27,79

**Salários e benefícios**

1. Participantes ativos		
1.1 Salário médio em RS.....	4.951,64	4.068,43

**Resultados**

<b>Estado de equilíbrio do plano (RS)</b>	2011	2010
I – Obrigações consolidadas		
No fim do exercício.....	2.021.124	1.708.606
II – Ativos garantidores		
No fim do exercício.....	1.985.365	1.325.640
III – Obrigações a descoberto		
No fim do exercício.....	(290.930)	(382.966)

**Plano de Saúde**

*Estatísticas dos participantes*

<b>População</b>	2011	2010
Participantes ativos.....	129	124

**Características etárias**

**1. Participantes ativos**

1.1 Idade média.....	34,62	32,38
1.2 Serviço creditado (total).....	3,44	1,72
1.3 Tempo para aposentadoria.....	29,18	25,20

**Salários e benefícios**

**1. Participantes ativos**

1.1 Salário médio em RS.....	5.055,09	4.432,49
------------------------------	----------	----------

**Resultados**

<b>Estado de equilíbrio do plano (RS)</b>	2011	2010
I – Obrigações consolidadas		
No fim do exercício.....	574.426	268.167
II – Ativos garantidores		
No fim do exercício.....	N/A	N/A
III – Obrigações a descoberto		
No fim do exercício.....	(275.445)	(268.167)

Conforme avaliação realizada de acordo com as exigências da Deliberação CVM 600/2009 e de Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a empregados, as obrigações futuras vinculadas aos dois planos citados estão garantidas por reservas técnicas da entidade administradora e não demandam provisionamento de reservas atuariais da GASMIG.

**23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

A Companhia mantém políticas de gerenciamento de risco e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**a. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-partes em um instrumento financeiro, advindos da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

*Contas a receber e outros recebíveis*

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Além disso, a maior parte das receitas de vendas provém de grandes indústrias, com sólida situação financeira. A Companhia efetua análises individuais dos saldos em atraso e registra provisão para os créditos que representa sua estimativa de despesas incorridas com o contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada no montante de R\$5.695 (em 2010, R\$5.634) representativos de 8% (em 2010, 12%) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. A composição de vencimentos e movimentação da provisão foi demonstrada na nota 6.

*Caixa e equivalentes de caixa*

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$80.802 em 2011

(2010: R\$ 98.198), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira de primeira linha.

**b. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 – 12 meses	1 – 2 anos	2 – 5 anos
Debêntures.....	237.757	288.643	11.710	56.482	63.634	156.817

**c. Risco de Mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

*Risco de taxa de câmbio*

Os riscos de taxa de câmbio relacionam-se com a possibilidade de a Companhia sofrer prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar sobre o gás faturado pela PETROBRAS em moeda estrangeira (dólar norte americano). Este efeito é mitigado pelo repasse da variação cambial aos clientes, via tarifa, conforme previsto nos contratos de fornecimento de gás natural (Nota 6).

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 22.261.473/0001-85  
Belo Horizonte - MG



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**Risco de taxa de juros**

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas ao juro do CDI, conforme apontado na nota explicativa 4. As captações são provenientes de emissão de debêntures junto ao BNDES, conforme nota explicativa 11. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do financiamento do BNDES, indexado à variação da SELIC e TJLP, cujo reconhecimento ocorre mensalmente. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

	Cenário base SELIC 10,90% TJLP 6%	Cenário provável SELIC 9,88% TJLP 6,00%	Cenário possível SELIC 11,00% TJLP 6,00%
<b>Ativos - variação pelo CDI/SELIC</b>			
Aplicações financeiras de curto prazo.....	80.389	88.331	89.232
Aplicações financeiras de longo prazo.....	17.724	19.475	19.674
	<b>98.113</b>	<b>107.806</b>	<b>108.906</b>
<b>Passivos - variação pela TJLP/SELIC</b>			
Debêntures de curto prazo...	(49.917)	(54.469)	(59.437)
Debêntures de longo prazo..	(187.840)	(204.971)	(223.664)
	<b>(237.757)</b>	<b>(259.440)</b>	<b>(283.101)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto.....</b>	<b>(139.644)</b>	<b>(151.634)</b>	<b>(174.195)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação das taxas de juros.....</b>	<b>-</b>	<b>(11.990)</b>	<b>22.561</b>

**d. Classificações contábeis e valores justos**

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis. Os saldos contábeis das disponibilidades em 31 de dezembro de 2011 e 2010 equivalem aos valores de mercado, pois se encontram

registrados ao valor de realização. Os valores dos ativos e passivos financeiros foram classificados em níveis hierárquicos de valor justo, a saber:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O valor justo, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

	Nível	2011		2010	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
Equivalentes de caixa.....	Nível 2	80.389	80.389	97.706	97.706
Contas a receber de clientes.....	-	61.099	61.099	41.666	41.666
Ativo financeiro – bens da concessão.....	Nível 3	551.915	551.915	520.770	520.770
Outros investimentos.....	Nível 1	17.724	17.724	18.253	18.253
<b>Passivos</b>					
Debêntures no circulante.....	Nível 2	49.917	49.917	50.110	50.110
Debêntures no não circulante.....	Nível 2	187.840	187.840	236.837	236.837
Obrigações especiais – participações financeiras.....	-	40.138	40.138	39.915	39.915

A Companhia não procedeu à realização de quaisquer ajustes relativos à adequação do valor de suas aplicações financeiras, constatando que esses ativos já estavam registrados pelos seus valores justos, tanto em 31 de dezembro de 2011, quanto no decorrer dos demais exercícios.

**24. SEGUROS**

A Companhia mantém apólices de seguros junto às instituições seguradoras visando cobrir riscos operacionais, compreendendo a rede de distribuição, equipamentos, imóveis,

automóveis e responsabilidade civil em valores considerados suficientes pela Administração, como segue:

	Data de vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil – rede de distribuição de gás/terceiros.....	15/12/2011 a 15/12/2012	RS60.000
Multirrisco – instalações*.....	01/01/2011 a 01/01/2012	RS17.667
Automóveis.....	09/06/2011 a 09/06/2012	RS100

\* A apólice Multirrisco – instalações – foi renovada para o período de vigência de 01/01/2012 a 01/01/2013, com importância segurada de RS17.042.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

**25. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO**

A Companhia assumiu os compromissos derivados do contrato de concessão, cujos principais termos estão descritos a seguir:

- Realizar investimentos, cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem sua rentabilidade, assegurando a prestação de serviços previstos no contrato de concessão para atender a demanda nos prazos e especificações técnicas adequados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido;
- Cumprir as especificações técnicas aplicáveis;
- Usar o domínio público necessário à execução do serviço, bem como promover desapropriações e constituir servidões de áreas declaradas de utilidade pública pelo Poder Concedente para prestação de serviços previstos no contrato.

A Companhia não assumiu nenhum ônus financeiro derivado da concessão. O contrato de concessão prevê que a Companhia será indenizada à vista pelos serviços, obras e imóveis, benfeitorias, equipamentos, rede de canalização, medidores e de todos os demais bens do seu ativo, em caso de extinção ou decurso de prazo.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente**

Djalma Bastos de Moraes

**Vice-Presidente**

Gustavo Henrique da Silva Mesquita

**Titulares**

Ana Clara da Silva Moura  
Fátima Valéria Araújo Barroso Pereira  
Fuad Jorge Noman Filho  
João Bosco Papaléo Paes  
José Miguel Martini  
Luiz Antônio Costa Pereira  
Mário Assad

**Suplentes**

Alex Sandro Gasparetto  
Alexandre Bahia Santiago  
Cesar Vaz de Melo Fernandes  
Daniele Melissa Guimarães da Silva  
Flávio de Almeida Araújo  
Leonardo Maurício Colombini Lima  
Monica Neves Cordeiro  
Rodrigo Hervé Quaranta Cabral  
Sérgio da Luz Moreira

**CONSELHO FISCAL**

**Titulares**

Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima  
Francisco Luiz Moreira Penna  
Solange Arantes Dornela

**Suplentes**

Aliomar Silva Lima  
Eduardo José de Souza  
Marcelo Aires

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Fuad Jorge Noman Filho  
**Diretor Presidente**

João Luiz Senra de Vilhena  
**Diretor Financeiro**

José Luis França dos Santos  
**Diretor Técnico**

Luiz Celso Oliveira Andrade  
**Diretor Administrativo**

Roberto Garcia  
**Diretor Comercial**

Eduardo Jorge Furtado Lima  
**Gerente de Controladoria**  
CRC-MG 40.414/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2011.

Foram verificadas as seguintes propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 27 de abril de 2012: I. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como dos respectivos documentos complementares; II. Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, tendo em vista o disposto no art. 192 da Lei 6.404/76, e alterações, composto pelo lucro apurado no exercício social no valor de R\$123.600.541,93 (cento e vinte e três milhões, seiscentos mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos), assim distribuídos: (a) destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a Reserva Legal, a quantia de R\$6.180.027,10 (seis milhões, cento e oitenta mil, vinte e sete reais e dez centavos), por força do disposto no art. 193 da Lei 6.404/76 e no art. 32, parágrafo único, do Estatuto Social; (b) destinação, para constituição de Reserva de Lucros a Realizar, a quantia de R\$17.590.420,14 (dezessete milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e vinte reais e quatorze centavos), referente à atualização do ativo financeiro da Companhia, o que decorreu da aplicação das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07; (c) distribuição de R\$99.830.094,69 (noventa e nove milhões, oitocentos e trinta mil, noventa e quatro reais e sessenta e nove centavos) aos acionistas, representando 100,00% (cem por cento) do Lucro Realizado após a Reserva Legal e efeitos da Lei 11.638/07; e IV. Definição da forma e data do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos – Exercício 2011 em duas parcelas, sendo a primeira, no valor de R\$38.674.127,39 (trinta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e trinta e nove centavos), correspondente ao valor dos juros sobre o capital próprio líquido do imposto de renda na fonte, vincenda em 29 de junho de 2012, e a segunda, no valor de R\$54.365.623,69 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), correspondente ao valor dos dividendos, vincenda em 28 de dezembro de 2012.

Constatou-se que as propostas retro mencionadas não causarão prejuízo aos acionistas da GASMIG e estão em conformidade com os dispositivos legais.

Com base nos exames efetuados e à vista do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido pela KPMG Auditores Independentes, datado de 14 de fevereiro de 2012 e emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da GASMIG.

Belo Horizonte, 29 de março de 2012.

CARLOS EDUARDO ORSINI NUNES DE LIMA

FRANCISCO LUIZ MOREIRA PENNA

SOLANGE ARANTES DORNELA

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Companhia de Gás de Minas Gerais S.A.  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás de Minas Gerais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Minas Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira  
Contador CRC 1MG 058176/O-0